

LLYC IDEIAS

EXPLORAR. INSPIRAR.

DEMOCRACIA OU POPULISMO
TENDÊNCIAS EM ASSUNTOS PÚBLICOS 2023



DEMOCRACIA OU POPULISMO

TENDÊNCIAS EM ASSUNTOS
PÚBLICOS 2023

Fevereiro de 2023



- Pag. 3 **APRESENTAÇÃO**
- Pag. 4 **MAIS TECHIE, MAIS MENSURÁVEL, MAIS TÉCNICA, MAIS GUERRILHEIRA: AS 6 TENDÊNCIAS GLOBAIS DE LOBBYING EM 2023**
01 Integração da inteligência artificial nos processos
02 Engenharia de dados (*data-driven lobbying*)
03 Transparência e regulamentação
04 Medição
05 *Better & Smart Regulation*
06 O *lobbying* de Guerrilha
- Pag. 12 **EXPECTATIVAS DOS ASSUNTOS PÚBLICOS REGIÃO EUROPEIA**
Contexto europeu, o "permacrise".
Espanha 2023, um ano super-eleitoral
De menos para mais, a economia espanhola em 2023
Num ano imprevisível e inesperado, o diálogo é fundamental em Portugal
- Pag. 21 **EXPECTATIVAS DOS ASSUNTOS PÚBLICOS REGIÃO SUL**
Incerteza, eleições e novos desafios na Argentina
Expectativas para o desenvolvimento do Brasil em 2023
Chile 2023, o ano do plebiscito
- Pag. 27 **EXPECTATIVAS DOS ASSUNTOS PÚBLICOS REGIÃO ANDINA**
2023, o ano da consolidação do governo de mudança de Gustavo Petro na Colômbia
Equador 2023, a governação em jogo no Referendo
As perspectivas do Peru em 2023, o caminho necessário para sair do conflito
- Pag. 33 **EXPECTATIVAS DOS ASSUNTOS PÚBLICOS REGIÃO NORTE**
2023, eleições de fim de mandato no México
República Dominicana, sólida recuperação económica pós-COVID
Um Panamá desigual, mais tensões sociais, tendências para 2023
Tendências dos Assuntos Públicos na América Central
Os EUA rumo à pré-campanha presidencial de 2024

APRESENTAÇÃO

A prática de lobbying e assuntos públicos tem sido sempre um instrumento para promover e mudar a política pública de um país. Os grupos de interesse fazem lobby para influenciar, de fora do aparelho político, as políticas públicas promovidas pelos poderes executivo e legislativo de um Estado. Esta atividade, entendida como aquele "ato legítimo de participação pública" referido pela OCDE, está a tornar-se não apenas mais um, mas o principal agente de transformação da política pública e reguladora de um país. O facto de a transformação política ser largamente impulsionada pelo setor privado (empresas, associações e sociedade civil organizada em geral) está a deixar de ser uma atividade na sombra e a tornar-se uma forma complementar à participação política clássica das sociedades pluralistas.

Neste relatório, a Dra. Carmen Muñoz, Diretora Sénior dos Assuntos Públicos de Espanha, aventura-se nas principais tendências desta prática, com uma visão tecnológica e avançada, e fá-lo não sozinha, mas em associação com o ChatGPT. Continuamos com breves mas interessantes análises de 2023, centradas nos desafios políticos e económicos das regiões e países onde as equipas de Relações Públicas da LLYC operam. Como consultores

de serviço dos interesses legítimos dos nossos clientes, estamos também empenhados no crescimento, na criação de emprego e riqueza, na estabilidade e na melhoria da democracia nos países onde operamos.

Entre crises económicas, sanitárias e humanitárias, a tensão entre populismo e democracia é já a principal constante do primeiro quarto do século XXI. Nestas páginas queremos oferecer o nosso compromisso com o papel económico e social das empresas, para um crescimento económico equilibrado, sustentável e inclusivo, que é a melhor receita para consolidar a nossa coexistência e a nossa democracia.

JOAN NAVARRO

Sócio e Vice-Presidente de Assuntos Públicos da LLYC

MAIS *TECHIE*, MAIS MENSURÁVEL, MAIS TÉCNICA, MAIS GUERRILHEIRA: AS 6 TENDÊNCIAS GLOBAIS DE LOBBYING EM 2023

O *lobbying* tem sido sempre um instrumento para promover e alterar as políticas públicas de um país. Os grupos de interesse fazem lobby para influenciar, a partir de fora do aparelho político, as políticas públicas promovidas pelos poderes executivo e legislativo de um Estado. Uma das principais mudanças a que assistimos atualmente é que o *lobbying*, entendido como o "ato legítimo de participação pública" referido pela OCDE, está a tornar-se não apenas mais um, mas o principal agente transformador da política pública e reguladora de um país. O setor privado (empresas, associações e sociedade civil organizada em geral), que está a impulsionar a transformação das políticas públicas, está a deixar de ser um oxímoro (ou uma narrativa conspiratória) e está a tornar-se uma alternativa realista para as sociedades que exigem a definição de novos quadros e novas regras setoriais do jogo a serem aceleradas.

No [relatório de tendências](#) do ano de 2022 falámos sobre o impacto da tecnologia nos processos de diagnóstico e de visualização de dados, e também sobre os canais de relacionamento estabelecidos (videoconferência e a utilização de aplicações de mensagens instantâneas). Falámos do papel da empresa como *thought leader* através do investimento no conhecimento e no material de divulgação, para facilitar a compreensão de contextos complexos ou de novas realidades. Insistimos que a classe política

enfrenta o desafio de regular, não tanto modelos evolutivos de sociedade, mas sim modelos disruptivos, novas realidades (algumas inesperadas) que mudam perguntas e respostas e nos obrigam a trabalhar com base em novos paradigmas. Vimos como a tecnologia foi responsável por esta situação, não só devido à irrupção de novos setores ou operadores económicos, mas também devido ao impacto nos tradicionais. Vimos que as respostas do século XX, mesmo as do final do século, já não serviam, o mesmo visível com uma boa parte da arquitetura institucional que criámos após a Segunda Guerra Mundial, a começar pelas instituições de *Bretton Woods*. E a verdade é que o corpo teórico que nos tem acompanhado até estes primeiros anos do século XXI está a tornar-se obsoleto. Isso está a ocorrer do ponto de vista das grandes políticas públicas, mas também, e sobretudo, do ponto de vista administrativo e burocrático.

Vimos também como as empresas começaram a investir cada vez mais na geração de impacto positivo através de iniciativas como as de responsabilidade política empresarial ou do *Lobbying for Good*. Vimos que o papel das associações e organizações de empregadores estava a mudar, porque é necessária mais agilidade para criar consensos e as associações enfrentarem o desafio, não tão óbvio nem naturalmente conciliável, de permanecerem

representativas e relevantes ao mesmo tempo. E por último, vimos o interesse crescente da geopolítica e da diplomacia governada pelo ambiente empresarial, à medida que a utopia globalizante (ou melhor, universalista) perdia algum fôlego. Iremos vendo como será o caminho, também para a empresa, desde a luta pela competitividade regional até à defesa dos valores e de um modelo social que a invasão da Ucrânia por Putin e a política de blocos ameaçam quebrar (mais uma vez).

Todas estas tendências foram consolidadas em três direções principais:

TECNOLOGIA

1. Através da integração da inteligência artificial
 - Para ganhar em eficiência e automatização das tarefas
2. Através da engenharia dos dados (*data-driven lobbying*)
 - Para alcançar um maior potencial de diagnóstico
 - Para uma previsão atempada das tendências

PRESTAÇÃO DE CONTAS

1. Através de maior transparência através da regulação
2. Através da medição do impacto comercial e reputacional da atividade

COMPETITIVIDADE E DIFERENCIAÇÃO

1. Através de *Better & Smart Regulation*
2. Através do *lobbying* de campanha

Para responder a cada uma destas tendências, vou servir-me da ferramenta da moda deste início de 2023, o ChatGPT. Tão na moda que o excesso de utilizadores concentrados dificultou em alguns momentos a elaboração deste artigo, como se fosse um mau dia para um consultor. Veremos se somos capazes de construir em conjunto o desenvolvimento de todos os aspetos acima referidos.

CARMEN MUÑOZ

Doutora e Diretora Sénior de Assuntos Públicos de LLYC Madrid

“Uma das principais mudanças a que assistimos atualmente é que o lobbying, entendido como o "ato legítimo de participação pública" referido pela OCDE, está a tornar-se não apenas mais um, mas o principal agente transformador da política pública e reguladora de um país”

INTEGRAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NOS PROCESSOS

RESPOSTA CHATGPT:

A tecnologia revolucionou a forma como as atividades de *lobbying* são conduzidas. A automatização de tarefas, a otimização de processos e maior eficiência na gestão da informação são alguns dos aspetos em que a tecnologia teve um impacto significativo no mundo do *lobbying*.

Anteriormente, a informação era recolhida e gerida manualmente, o que exigia muito tempo e esforço. Hoje, existem ferramentas tecnológicas para recolher e analisar dados em

tempo real, o que, por sua vez, facilita um processo de decisão informado.

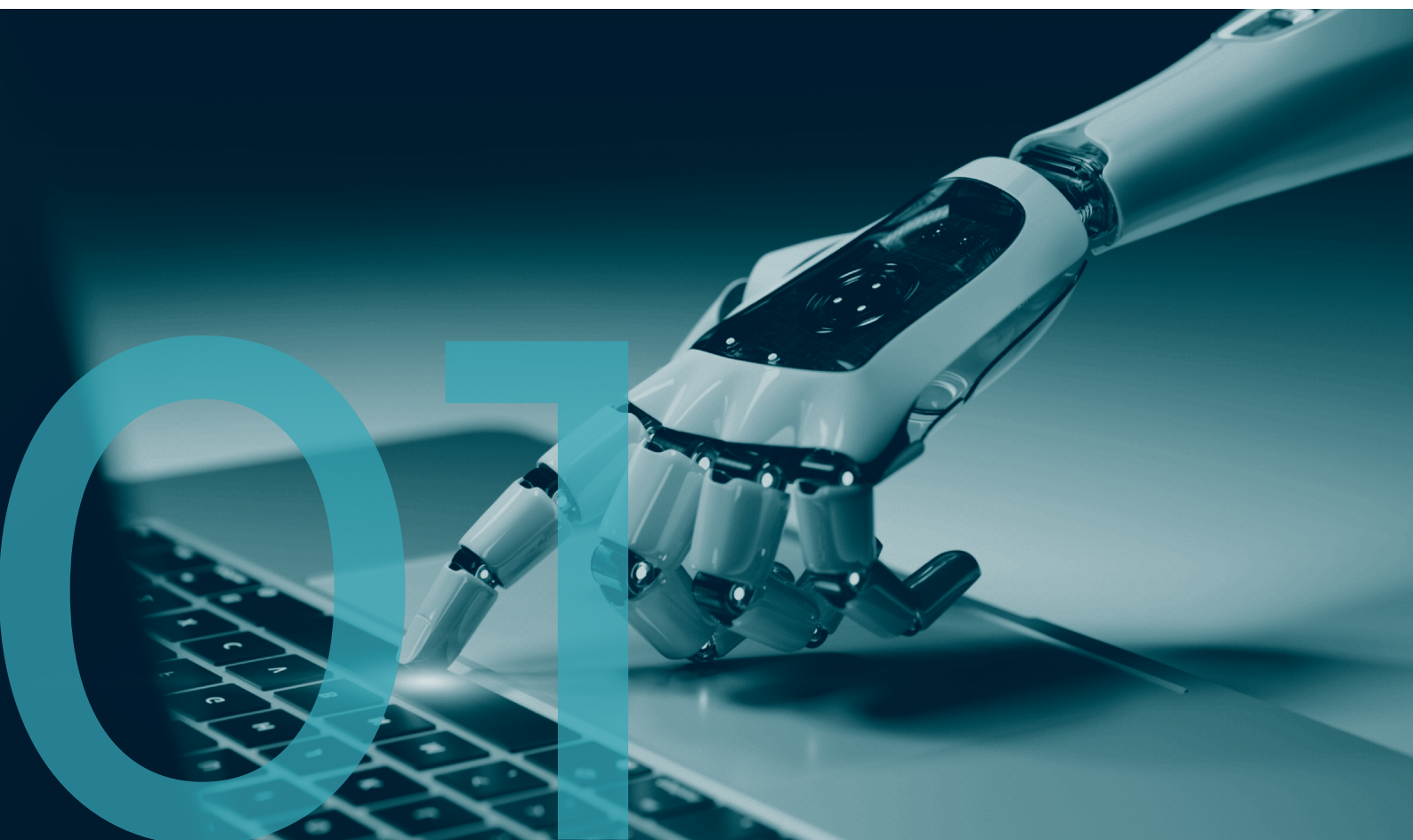
A automatização de tarefas repetitivas, tais como o agendamento de reuniões e gestão de *e-mails*, libertou tempo para os profissionais do *lobbying* se concentrarem em tarefas mais estratégicas. Além disso, a tecnologia melhorou a capacidade de monitorizar e acompanhar as políticas públicas, permitindo uma resposta mais rápida e eficaz às mudanças.

Em suma, a tecnologia teve um impacto positivo na eficiência e na automatização de tarefas no mundo do *lobbying*. Permitiu uma gestão mais eficiente da informação, libertou tempo para o enfoque em tarefas mais estratégicas e melhorou

a capacidade de monitorizar e acompanhar as políticas públicas¹.

Embora o ChatGPT claramente não queira prejudicar com a sua resposta, a realidade é que este ano as equipas de assuntos públicos introduzirão no seu trabalho diário ferramentas que, tais como esta, executam tarefas simples e repetitivas (e algumas não tão simples). Embora haja espaço para melhorias (claro!), a velocidade de aprendizagem e de aperfeiçoamento destas ferramentas é vertiginosa. Um artigo da [Universidade de Stanford](#) relata alguns dos ensaios realizados, e o ano ainda agora começou. A chave agora é participar ativamente em processos de tentativa e erro e desenvolver protocolos que ajudem a definir um quadro de trabalho ético e honesto.

¹As respostas do ChatGPT aparecem numa caixa. Cada caixa guarda a resposta que o ChatGPT dá a uma pergunta feita de acordo com o título que antecede cada uma das tendências identificadas pela equipa LLYC para este ano.



“O *data-driven lobbying* utiliza dados e investigação para identificar os principais decisores, compreender as suas prioridades e preocupações, e desenvolver estratégias de pressão específicas com maior probabilidade de serem eficazes”

ENGENHARIA DE DADOS (DATA-DRIVEN LOBBYING)

RESPOSTA CHATGPT:

O *data-driven lobbying* diz respeito à utilização da análise de dados e de perspetivas para informar e orientar os esforços de *lobbying*. Esta abordagem utiliza dados e investigação para identificar os principais decisores, compreender as suas prioridades e preocupações, e desenvolver estratégias de pressão específicas com maior probabilidade de serem eficazes. O objetivo do *lobbying* baseado em dados é melhorar as hipóteses de alcançar um resultado desejado com base em dados e provas para informar e apoiar os esforços para o efeito.

O trabalho híbrido de analistas de *intelligence* e de dados no campo do *lobbying* procura melhorar a qualidade e o potencial dos diagnósticos, permitindo, através da gestão de grandes volumes de dados, tomar decisões com base não só em intuição. A engenharia de dados permite-nos hoje compreender melhor do que antes a forma como as decisões são formuladas e como as agendas sociais, mediáticas e políticas estão ligadas. O grande desafio para 2023 é o olhar prospetivo que permita prever oportunamente as grandes tendências políticas e regulatórias.

TRANSPARÊN- CIA E REGULAÇÃO

RESPOSTA CHATGPT:

A transparência e a regulação da atividade lobista são questões importantes na democracia de hoje. Os *lobbies* são grupos de pressão que procuram influenciar as decisões políticas em favor dos seus interesses. Embora estes grupos tenham um papel importante na representação das exigências de certos setores, é necessário assegurar que a sua ação seja clara e aberta para evitar conflitos de interesses e corrupção.

A transparência na atividade dos *lobbies* inclui a obrigação

de registar e declarar os seus objetivos, financiamento e ações a um organismo regulador. Além disso, é importante que os *lobbies* sejam transparentes nas suas relações com políticos e funcionários públicos, e que estes também declarem as suas ligações a estes grupos.

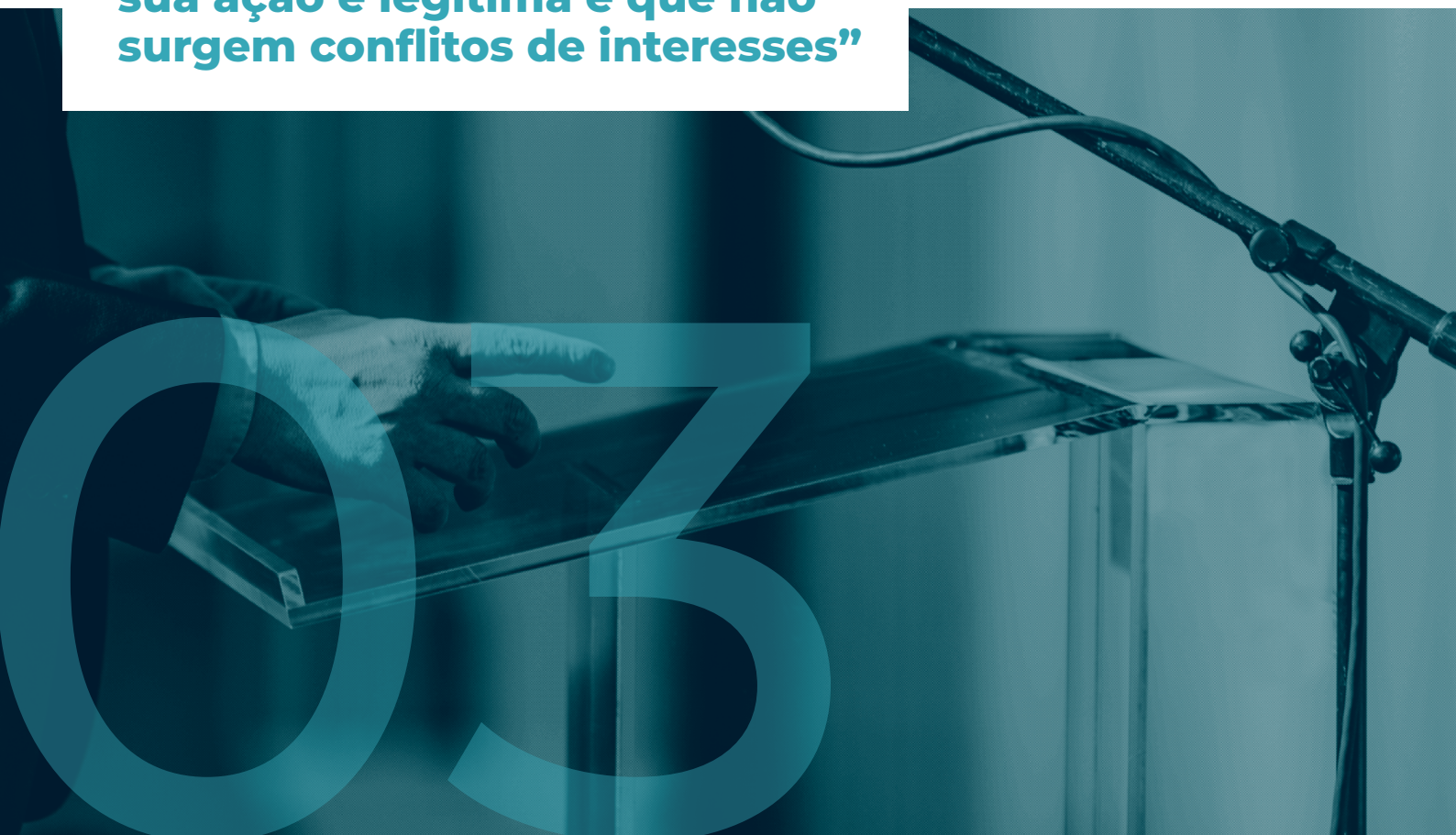
A regulação do *lobbying* é essencial para assegurar que a sua ação é legítima e que não surgem conflitos de interesses. Esta regulação inclui a imposição de limites à ação dos *lobbies*, tais como a proibição de fazer ofertas ou dar presentes a políticos, e a obrigação de agir de forma ética e transparente.

Em conclusão, a transparência e a regulação da atividade dos *lobbies*

são essenciais para assegurar uma democracia saudável e livre de corrupção. É importante que estes grupos tenham um papel legítimo na representação de interesses, mas sempre de uma forma clara, aberta e regulada.

Os seus "em conclusão" são o melhor... A verdade é que, para além das necessidades acima mencionadas (registo dos grupos de interesse, publicação da agenda de altos cargos, código de conduta, regime de sanções, etc.), existe o desafio de incorporar na regulamentação futura e sem diminuir a sua eficácia o *lobbying* indireto, algo que já vimos em alguns projetos, como o anteprojeto de lei sobre transparência e integridade nas atividades dos grupos de interesse, anunciado pelo governo espanhol para 2023, no qual já estávamos a trabalhar no final de 2022.

“A regulação do *lobbying* é essencial para assegurar que a sua ação é legítima e que não surgem conflitos de interesses”



MEDIÇÃO

RESPOSTA CHATGPT:

Medir o impacto do *lobbying* é essencial para avaliar a eficácia das estratégias e ações empreendidas pelos grupos e organizações de interesse para influenciar a formulação de decisões políticas e governamentais. Esta medição permite conhecer o grau de cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas e, conseqüentemente, ajustar ou melhorar as estratégias e ações futuras.

Além disso, medir o impacto do *lobbying* contribui para a transparência e a prestação de contas. Conhecendo os resultados e o impacto das ações de *lobbying*, a sociedade pode avaliar se os mesmos estão alinhados com os seus valores e prioridades.

É também importante notar que medir o impacto do *lobbying* permite comparar o desempenho de diferentes grupos de interesse e organizações, o que contribui para uma concorrência leal e uma melhoria contínua da eficácia da atividade.

Em suma, a medição do impacto da atividade do *lobbying* é uma componente fundamental para assegurar que as estratégias

e ações de lobby são eficazes, transparentes e responsáveis. Sem ela, é difícil conhecer o impacto real destas ações e tomar decisões informadas no futuro.

A atividade dos Assuntos Públicos tem impacto no negócio e na reputação das suas empresas. A definição do modelo desse impacto é outro dos desafios de uma atividade que passou os últimos 15 anos a profissionalizar-se e só poderá passar ao Olimpo de áreas estratégicas e dos conselhos de administração se for mensurável.

“A medição do impacto da atividade do *lobbying* é uma componente fundamental para assegurar que as estratégias e ações de lobby são eficazes, transparentes e responsáveis”



BETTER & SMART REGULATION

RESPOSTA CHATGPT:

Os grupos de interesse podem alimentar um sistema baseado numa regulação inteligente e melhor das seguintes formas:

- Fornecendo informação: Os grupos de interesse podem fornecer informações e perspectivas valiosas aos decisores políticos e aos reguladores sobre o impacto das leis no mundo real. Estas informações podem contribuir para a elaboração de leis mais inteligentes e eficazes.

- Fomentando o diálogo: Os grupos de interesse podem fomentar um diálogo aberto entre os responsáveis políticos, os reguladores e as partes interessadas. Tal pode levar a uma melhor compreensão das necessidades e preocupações de diferentes grupos e ajudar a criar consensos em torno da regulação.

- Impulsionar a inovação: Os grupos de interesse podem ajudar a impulsionar a inovação e o progresso salientando a necessidade de novas soluções e tecnologias. Tal pode levar

ao desenvolvimento de leis mais inteligentes e eficazes que respondam melhor às necessidades da sociedade.

No entanto, é importante assegurar que as atividades dos grupos de pressão sejam transparentes e isentas de conflitos de interesses. Isto pode ser alcançado aplicando normas de ética e transparência sólidas e estabelecendo mecanismos de supervisão robustos. Desta forma, ajuda-se a assegurar que as atividades dos grupos de pressão contribuam para o desenvolvimento de uma regulação inteligente e eficaz, em vez de a subverter.

Além disso, já não é que o *lobbying* tenha impacto no negócio e na reputação de uma organização, mas que a

própria regulação (a sua qualidade e complexidade) tenha impacto no **ecossistema empresarial** de um país. O economista Juan S. Mora-Sanguinetti publicou recentemente um artigo na Revista de las Cortes Generales, no qual afirma que "a regulação é aprovada precisamente para ajudar os cidadãos e as empresas a atenuar a sua incerteza e reduzir os seus custos de transação. A regulação colmataria possíveis lacunas de informação no mercado". E continua: "uma legislação mal concebida pode gerar mais custos de transação para os cidadãos e as empresas, em vez de os reduzir". Trabalhar um sentido de um lobby tecnicamente mais sofisticado e dinâmico, capaz de descomplicar a norma, constitui também parte das tarefas que teremos de enfrentar nos próximos anos.



O LOBBYING DE GUERRILHA

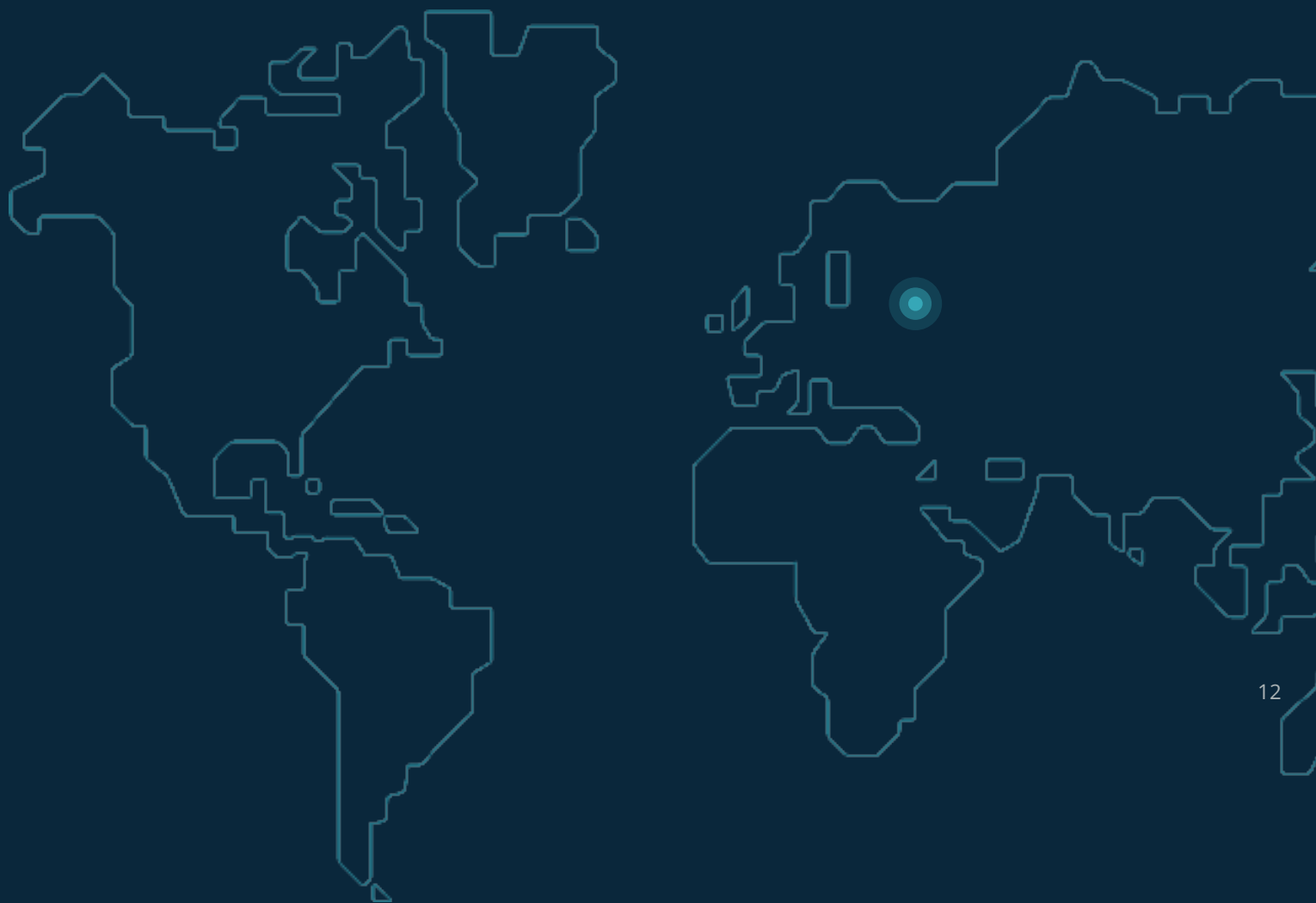
RESPOSTA CHATGPT:

O termo "*lobbying de guerrilha*" refere-se às táticas não convencionais de influência política e promoção de interesses. Estas táticas envolvem frequentemente o uso de métodos criativos e geradores de surpresa para chamar a atenção para uma questão ou ter impacto na opinião pública ou na formulação de decisões políticas. Em geral, o objetivo deste tipo de *lobbying* é gerar uma reação ou uma mudança de opinião num curto período.

Para além de tudo o acima referido, soma-se um *lobbying* mais de campanha (ou guerrilha) que incorpora o marketing, a comunicação e/ou a publicidade para ganhar poder de fogo e que é orientado para resultados no curto prazo. Nestes processos, entra também o trabalho sobre *políticas comportamentais*, especialmente em organizações B2C, que procuram ganhar eficiência influenciando também comportamentos e decisões através de técnicas comportamentais que facilitam o consentimento e a adesão a uma norma. A rotulagem dos alimentos vai nessa direção.

“Um *lobbying* mais de campanha (ou guerrilha) incorpora o marketing, a comunicação e/ou a publicidade para ganhar poder de fogo e é orientado para resultados no curto prazo”





EXPECTATIVAS DOS ASSUNTOS PÚBLICOS REGIÃO EUROPEIA



CONTEXTO EUROPEU, O "PERMACRISE"

Vários analistas concordaram com o termo "permacrise" como sendo a palavra que melhor define 2022. Tudo indica que este "longo período de instabilidade e insegurança" marcará novamente 2023.

Bruxelas, ou seja, a União Europeia, desempenhará um papel de liderança na gestão destas múltiplas crises, desde o impacto geopolítico, económico e social da guerra na Ucrânia até à necessidade urgente de acelerar a transição energética (mantendo a segurança do aprovisionamento) ou a definição de uma estratégia de posicionamento competitivo que favoreça o desenvolvimento

industrial europeu. Dentro da UE, a Espanha desempenhará um papel influente neste contexto de incerteza com a Presidência do Conselho da UE no segundo semestre de 2023.

Paralelamente (e inevitavelmente) o impulso europeu deste ano será em grande parte definido por uma sensação de fim de ciclo, marcada pelas eleições para o Parlamento Europeu na primavera de 2024. Em linha com uma tendência de longa data, tudo aponta para que as grandes famílias políticas que impulsionaram o projeto europeu (democratas cristãos, sociais-democratas e liberais) continuem a ver o seu apoio social corroído, com projeções que sugerem uma escassa maioria de 55% dos lugares (em comparação com os 60% atuais). Apesar do anúncio de reformas imediatas, o golpe na credibilidade das instituições

envolvidas no chamado *Qatargate* ("destruiu 20 anos de confiança no Parlamento", disse o seu presidente há apenas alguns dias) não facilitará a participação ativa dos cidadãos nas urnas.

É previsível, portanto, que o Parlamento resultante torne o exercício do consenso a nível europeu ainda mais difícil. Estas não são boas notícias num contexto em que, apesar da surpreendente unidade que a UE vem demonstrando desde 2020, é cada vez mais necessário enfrentar uma potencial dissidência interna para tomar decisões de importância estratégica. Embora o temido "inverno do descontentamento" não tenha ocorrido, o risco de fadiga e de vozes dissidentes é real. A atitude em relação à China ou o alcance da resposta à *Inflation Reduction Act dos EUA* são exemplos dos desafios

que a UE enfrenta na definição e na projeção de um discurso próprio mais claro e firme. Quatro anos após von der Leyen ter anunciado a chegada de uma "Comissão Geopolítica", é evidente que o caminho ainda está por percorrer.

O encerramento do ciclo implica a aceleração dos dossiers legislativos relevantes. Compete destacar o setor digital (com a futura legislação sobre chips, IA e dados como os projetos mais destacados), o energético (com um impulso para reformar o atual modelo de fixação de preços) ou o das comunicações (com a regulamentação dos meios de comunicação ou atividades ilegais *online* suscetíveis de gerar um importante debate sobre os limites da privacidade e o direito à informação). Será neste exercício de *agenda setting* e de priorização que a presidência espanhola do Conselho desempenhará um papel fundamental, promovendo as iniciativas mais consentâneas com a sua própria agenda.

Em qualquer caso, o principal debate na Europa durante 2023, com implicações muito relevantes para uma grande

parte do tecido empresarial, irá girar em torno da resposta europeia aos planos de apoio à indústria que outras regiões (especialmente os Estados Unidos, mas também o Japão e a própria China) implementaram recentemente. Este não é um debate menor: o que está em jogo é a própria liderança tecnológica das transições ecológica e digital. O anúncio de um *Green Deal Industrial Plan* pela Comissão há apenas alguns dias deverá ser implementado nos próximos meses. Para além de medidas legislativas muito relevantes, tais como a futura regulamentação de matérias-primas críticas e uma possível flexibilização do regime de auxílios estatais, a proposta da Comissão inclui também a criação de um novo fundo soberano que amplie as possibilidades financeiras dos Estados-Membros com menor margem de manobra fiscal. As diferenças significativas entre Estados no que toca à própria existência deste fundo, ao seu horizonte temporal e ao mecanismo de financiamento anunciam uma negociação verdadeiramente complexa.

Em última análise, a preocupação no centro de todos estes movimentos é como dotar a União dos recursos financeiros necessários para realizar os investimentos em tecnologias verdes e digitais de que a Europa necessita no novo contexto, e que passam por incentivar a indústria e a inovação *made in Europe*. Apesar do seu aumento orçamental, o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) não oferece a flexibilidade nem o alcance necessários. Instrumentos como o *Next Generation EU* marcam o caminho para o futuro da União, que deve apostar em investimentos estratégicos comuns para enfrentar, com músculo financeiro e alinhamento de objetivos, a sucessão de crises que temos vindo a enfrentar. Para o efeito, a Europa enfrenta um novo desafio estrutural: superar as divisões entre o Norte e o Sul e investir agressivamente num posicionamento geopolítico e geoeconómico que lhe permita competir, e não apenas sobreviver, num contexto de transformação acelerada.

PALOMA BAENA OLABE
Diretora Sénior de Assuntos
Europeus & Next Generation EU
da LLYC Madrid

“Instrumentos como o *Next Generation EU* marcam o caminho para o futuro da União, que deve apostar em investimentos estratégicos comuns para enfrentar, com músculo financeiro e alinhamento de objetivos, a sucessão de crises que temos vindo a enfrentar”



ESPAÑA 2023, UM ANO SUPER- ELEITORAL

O ano de 2023 parece ser um ano-chave em Espanha. Um ano enquadrado numa vasta campanha, ao juntar em poucos meses as eleições municipais e regionais em maio e as eleições gerais no final do ano. A isto deve juntar-se a presidência europeia de seis meses, de julho a dezembro de 2023.

Assim, estes três grandes marcos irão condicionar a dinâmica política do ano como um todo, tendo em conta que os resultados eleitorais a todos os níveis de tomada de decisões, local, regional e nacional, irão provocar mudanças no governo e com elas mudanças nas estratégias

e prioridades de gestão das diferentes administrações.

Deve ter-se em conta que, a 28 de maio, 13 das comunidades autónomas realizarão eleições, e algumas delas poderão sofrer alterações na cor política dos seus governos ou variações nos atuais pactos e coligações. Além disso, os presidentes de câmara serão eleitos em 8.131 municípios, o que levará a mudanças na administração mais próxima dos cidadãos, bem como condicionará a composição das administrações locais, conselhos e conselhos municipais.

E não podemos perder de vista o facto de 28 de maio se tornar na primeira volta das eleições nacionais, uma vez que as mudanças em algumas das comunidades atualmente governadas pela esquerda, como indicam as sondagens, podem

provocar uma onda que arraste os eleitores para a opção de mudança a nível nacional ou condicionar a data das eleições gerais.

O papel dos pactos e acordos que se espera que sejam necessários tanto à direita como à esquerda do tabuleiro de xadrez deve também ser tido em conta. As maiorias absolutas de que o PSOE ou o PP usufruíram durante anos estão muito longe, de modo que não só a nível nacional, mas também em muitas das Comunidades Autónomas, a formação de governos pode depender de complicados acordos entre diferentes forças políticas. Por conseguinte, é um desafio para os principais partidos acertar com os pactos eleitorais, uma vez que os levados a cabo a nível local ou regional podem condicionar os pactos a nível nacional, se for caso disso.

Estes pactos possíveis dependerão, por um lado, da forma como as forças políticas à esquerda do PSOE se alinharem e, por outro, do papel decisivo do VOX na governabilidade do PP em alguns territórios.

Nos últimos tempos tem-se assistido a uma reorganização das forças políticas à esquerda do PSOE, com a configuração de pactos regionais como o Acordo de Tura ou as alianças entre Podemos e Izquierda Unida. Este clima de acordo e diálogo entre as forças à esquerda do PSOE parece ser a condição necessária para um eventual sucesso de uma única frente de esquerda, que é claramente a intenção de Sumar. Esta união destes partidos numa única candidatura facilitaria a Sánchez o restabelecimento de um governo progressista, enquanto a fragmentação lhe dificultaria a obtenção de uma maioria.

Do outro lado do tabuleiro, também se procuram alianças. O PP ainda está em vias de integrar o Ciudadanos, enquanto os bons resultados previstos pela maioria das sondagens sugerem que serão necessários pactos com o VOX para governar.

No meio deste quadro eleitoral, a presidência europeia de Espanha decorre num momento-chave para o atual governo, imerso em plena campanha eleitoral. É por isso que o governo tentará aproveitar esta oportunidade para melhorar a sua imagem externa, mas também a sua imagem interna. A agenda proposta por Espanha durante esse semestre e as ações levadas a cabo terão como objetivo melhorar a imagem pública do governo, especialmente a do Primeiro-Ministro e candidato a revalidar o seu cargo.

Tudo isto é condicionado pela situação económica dos próximos meses e pelas fricções que estão a ocorrer no seio da coligação do governo sobre leis como a Lei Só sim é sim, a Lei Trans, a Lei da Habitação e a Lei de Proteção dos Animais, entre outras.

Um ano-chave em que o futuro de Espanha para os próximos quatro anos está em jogo.

SUSANA CAMARERO
Diretora Sénior de Contexto
Político Europeu da LLYC
Madrid

“A dinâmica política espanhola em 2023 será marcada pelas eleições municipais e regionais, pelas eleições gerais no final do ano e pelos seis meses da presidência europeia”



DE MENOS PARA MAIS, A ECONOMIA ESPANHOLA EM 2023

A desvalorização salarial está mais uma vez a emergir como o método de saída das crises resultantes da pandemia (o seu rescaldo internacional) e da guerra de Putin na Ucrânia. Feita da forma tradicional, através da inflação, a perda do poder de compra dos salários já está a ter dois impactos claros em Espanha: queda no consumo das famílias e, portanto, do crescimento do PIB, bem como um aumento da desigualdade social que já se reflete nos dados do rendimento nacional. Demasiadas pessoas estão a ser deixadas para trás,

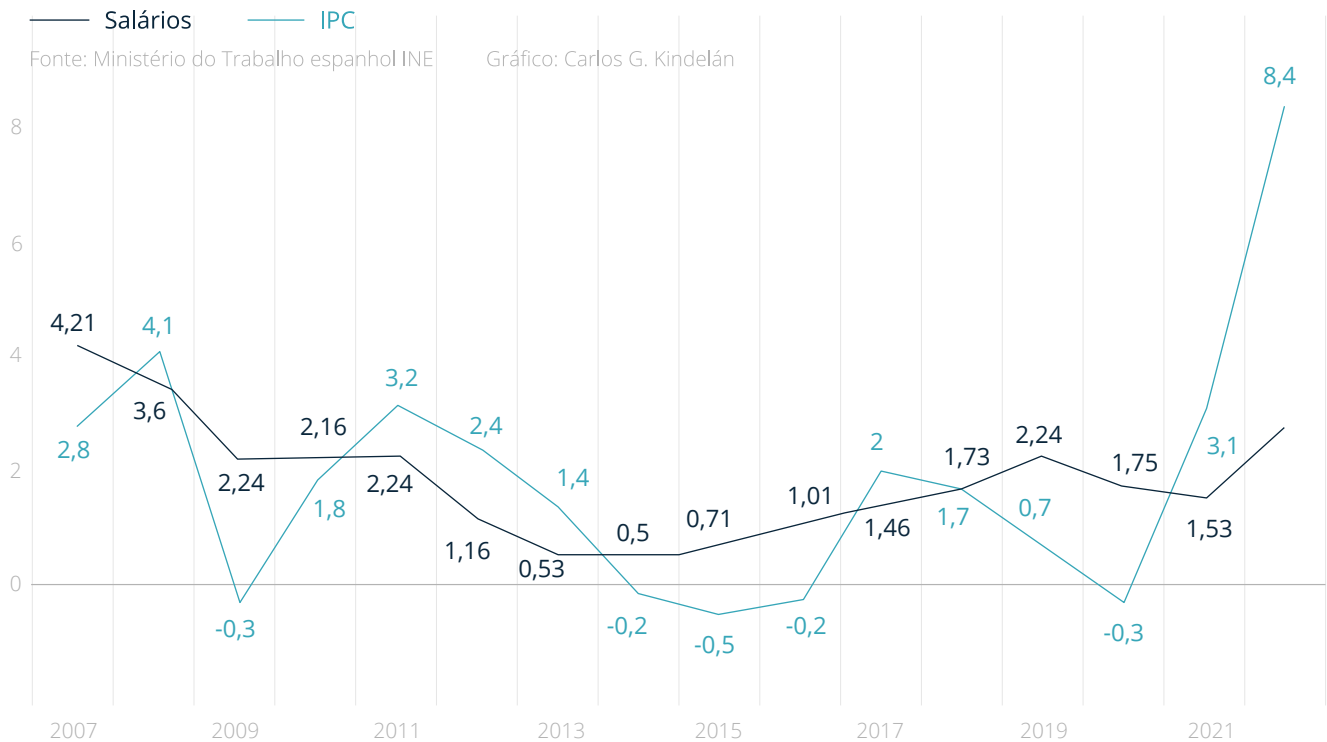
apesar das tentativas do governo com medidas importantes, mas que têm demonstrado pouca profundidade.

Mesmo que não tenhamos ainda atingido o nível do PIB pré-pandémico, terminámos 2022 melhor do que o esperado: com um crescimento médio retumbante do PIB de 5,5% e um IPC claramente em declínio. No entanto, a realidade subjacente lança fortes dúvidas sobre o desempenho económico este ano quando, de acordo com todas as estimativas, teremos de lidar com uma desaceleração acentuada que levará a um crescimento médio de cerca de 1,5%. Não é aquela recessão anunciada por alguns (de facto, as revisões estão agora a ser feitas em alta) mas é certamente um declínio significativo do crescimento que não passará despercebido num

ano eleitoral como este, uma vez que será utilizado, sem dúvida, no confronto político.

Se alguma coisa resume o ano passado, é sem dúvida a subida espetacular do preço internacional do gás, transmitida aos preços da eletricidade em toda a Europa por um peculiar sistema elétrico comunitário, agora em revisão, e um aumento dos preços dos alimentos, ambos ligados à guerra na Ucrânia. Posteriormente, o aumento alastrou-se ao IPC como um todo, com aumentos da inflação de que já não havia memória.

Deste facto, um verdadeiro "choque externo", derivam-se duas consequências: a referida perda de poder de compra das famílias europeias e o regresso do BCE a uma política monetária clássica, com aumentos das taxas



de juro que acabam por afetar o investimento e, mais uma vez, o consumo das famílias através dos créditos hipotecários. Assim, a média anual de crescimento do PIB tem um claro segundo semestre do ano com variáveis privadas claramente do lado negativo. De facto, no último trimestre de 2022, apenas as exportações e a despesa pública nos salvaram de um crescimento zero.

Assim, chegamos a 2023 com pouca inércia na procura nacional, o que nos leva a prever que, no primeiro trimestre de 2023, ocorrerá um crescimento negativo de cerca de -0,1%. O aumento do desemprego em janeiro e, sobretudo, a diminuição do número de contribuintes para a Segurança Social, apontam nessa direção. As eleições municipais e regionais de maio terão lugar num clima de dados económicos adversos.

Contudo, todas as previsões indicam que passaremos de menos a mais ao longo deste ano, até atingirmos uma taxa média de crescimento anual de 1,5%. A inflação irá continuar a cair e

isso obrigar-nos-á a concentrar-nos na evolução do rendimento das famílias e no reforço do investimento. Com uma variável fundamental: o endurecimento ou não da política monetária do BCE, cuja última subida de taxas está perigosamente próxima de um erro ao priorizar a taxa de câmbio do euro face a todos os riscos de recessão em que a eurozona já se encontra mergulhada.

A capacidade de gastar das famílias (recorde-se que o consumo privado representa mais de metade do PIB) dependerá, fatores anímicos à margem e sem grandes surpresas provenientes da guerra, do emprego, dos salários, do custo das hipotecas, do IPC e da poupança acumulada durante o confinamento, cujo fim já começa a ser visto.

Pela primeira vez em democracia, a forte desaceleração do crescimento prevista não se traduzirá num aumento significativo do desemprego. Na realidade, não se esperam grandes alterações na taxa de desemprego. Tal ocorrerá devido às alterações introduzidas na reforma da legislação laboral,

que têm duas consequências significativas: o desenvolvimento dos ERTES, equiparáveis a figuras semelhantes de flexibilidade interna noutros países europeus e, por outro lado, a queda apreciável do emprego temporário e a tempo parcial, em comparação com o período anterior à pandemia. O aumento do emprego público é perceptível, embora seja demasiado cedo para dizer se há uma reviravolta da tendência para a austeridade.

Com um pacto de rendimentos excluído, os salários irão recuperar algum poder de compra em 2023 graças a preços mais baixos e às diferentes negociações salariais por setor. As novas renovações dos contratos coletivos levarão a aumentos mais elevados, embora não se possa excluir um aumento da conflitualidade.

30% dos espanhóis têm um crédito hipotecário e já ultrapassaram o limite de resistência. Com as revisões das taxas de juro, os pagamentos hipotecários reduzirão ainda mais a sua capacidade de consumir outros produtos. Salvo

cortes nas taxas de juro, que não se esperam neste momento, este setor prejudicará o consumo e o crescimento.

As poupanças excessivas feitas durante a pandemia esgotaram-se já para a maioria das famílias. Assim, desaparecerá este ano o fluxo adicional de despesas com que têm estado a contar até agora. A partir daí, recordemos que 40% dos cidadãos afirmam que chegam ao fim do mês com dificuldades, uma percentagem que a inflação terá aumentado. Globalmente, por conseguinte, embora se espere que o consumo doméstico recupere ao longo do ano, tal ocorrerá através de um maior recurso ao crédito, o que alargará o fosso entre as famílias que podem e as que simplesmente não podem.

O investimento tenderá a crescer ao longo do ano. O motivo é que as taxas de juro atingirão níveis semelhantes aos anteriores à crise de 2008, porque os Fundos *Next Generation* começarão a chegar aos seus terminais privados, e

porque o ciclo eleitoral forçará as administrações a acelerarem as suas inaugurações. No entanto, a nossa estrutura empresarial, fortemente dominada por pequenas empresas com pouco músculo financeiro, sofrerá também com uma lacuna, como em todos os tempos de altos e baixos e incertezas.

Este ano, o turismo, em plena modernização, continuará a impulsionar o crescimento depois de quase atingir níveis pré-pandémicos, tanto em termos de número de visitantes como de receitas.

Para o ano como um todo, as previsões são as seguintes:

O que é surpreendente nestas previsões, em linha com as feitas por outros analistas, é que, pela primeira vez em democracia, a economia espanhola: crescerá mais do que a eurozona, com

uma inflação mais baixa, mantendo o excedente externo e, sobretudo, será a primeira vez, no meio de um abrandamento económico, que o desemprego não irá disparar. Tudo isto deve ser encarado como uma prova das mudanças estruturais que ocorreram na economia espanhola durante a última década e que ainda escapam a muitos analistas. Enfrentamos um ano de eleições em que a economia irá de menos a mais até crescer de forma clara claramente no último trimestre. Tudo isto, claro, com a permissão de Putin e do resto dos cisnes negros a que nos estamos a habituar neste século XXI.

JORDI SEVILLA
Ex-Ministro da Administração Pública, Conselheiro Sénior para o Contexto Económico na LLYC

	PIB		INFLAÇÃO		TAXA DE DESEMPREGO	
	22	23	22	23	22	23
Alemanha	1,6	-0,6	8,8	7,5	3,1	3,5
Espanha	4,5	1,0	8,5	4,8	12,7	12,7
França	2,6	0,4	5,8	4,4	7,7	8,1
Itália	3,8	0,3	8,7	6,6	8,3	8,7
Portugal	6,6	0,7	8,0	5,8	5,9	5,9
Eurozona (20)	3,2	0,3	8,5	6,1	6,8	7,2



NUM ANO IMPREVISÍVEL E INESPERADO, O DIÁLOGO É FUNDAMENTAL EM PORTUGAL

Incerteza, instabilidade e pressão são as palavras que melhor resumem as perspetivas para este ano quanto ao contexto político, económico e social em Portugal.

Um trio de palavras que ainda pode, de certa forma, surpreender, tendo em conta que há um ano se concretizava uma maioria absoluta que permitiu a António Costa, já com 7 anos em funções como Primeiro-Ministro, voltar a formar Governo por mais 4 anos. Ao dia de hoje, o Executivo socialista carece

de estabilidade, contabilizando 12 demissões em 10 meses. Enquanto aumentam as dúvidas sobre se o governo chegará ao fim da legislatura (2026), a liderança recente do maior partido da oposição, PSD, ainda se debate na busca de coesão e do tom certo, não sendo vista pela elite política como uma alternativa real de poder – foi aliás essa uma das razões elencadas por Marcelo Rebelo de Sousa para manter em funções o atual Governo. Por sua vez, os partidos à esquerda, parceiros dos socialistas na anterior legislatura, bem como a extrema direita, que saiu reforçada das últimas eleições, procuram o seu lugar na agenda política, aumentando a pressão sobre o Governo.

Tem sido, aliás, em função dessa pressão e escrutínio, não só dos partidos políticos, como também

dos media, que a sucessão de demissões se tem concretizado.

No plano económico, as dúvidas recaem sobre quão elevada continuará a inflação (que se fixou em 7,8%, ligeiramente acima da previsão do Governo de 7,4%, em 2022) e que outras consequências advirão do desenrolar da guerra Ucrânia-Rússia. O Governo português tem gerido o impacto negativo nos rendimentos das famílias com medidas pontuais de apoio direto, não se prevendo, para já, mexidas nos impostos, ao contrário do que aconteceu, por exemplo, em Espanha, com a redução do IVA nos produtos essenciais. As previsões de crescimento da economia em 2023 variam entre 0,7% e 1,5%, sendo que a Comissão Europeia e o FMI convergem como os mais pessimistas e o Banco de Portugal o mais otimista (em 2022, o

crescimento do PIB deverá ter-se fixado, de acordo com o Ministro das Finanças, nos 6,8%, acima da estimativa de 6,5%).

É no plano social que o tema da conflitualidade surge com maior força. De acordo com o mais recente balanço da imprensa, as greves aumentaram 25% em 2022. Os protestos têm-se verificado de uma forma transversal, nos setores dos transportes, saúde, justiça, indústria e, mais recentemente, no setor da educação, onde a paralisação de professores dura há mais de um mês. Em certa medida, o aumento da contestação social via sindicatos era esperado, depois de anos limitados por um acordo parlamentar que unia os partidos da esquerda ao PS. Por outro lado, há novos movimentos associativos a surgir, alguns apartidários, e com origem tanto na sociedade civil como no setor privado. Um novo jogo de forças que nem sempre se enquadra no modelo clássico de diálogo via concertação social, onde estão os grandes sindicatos e confederações patronais.

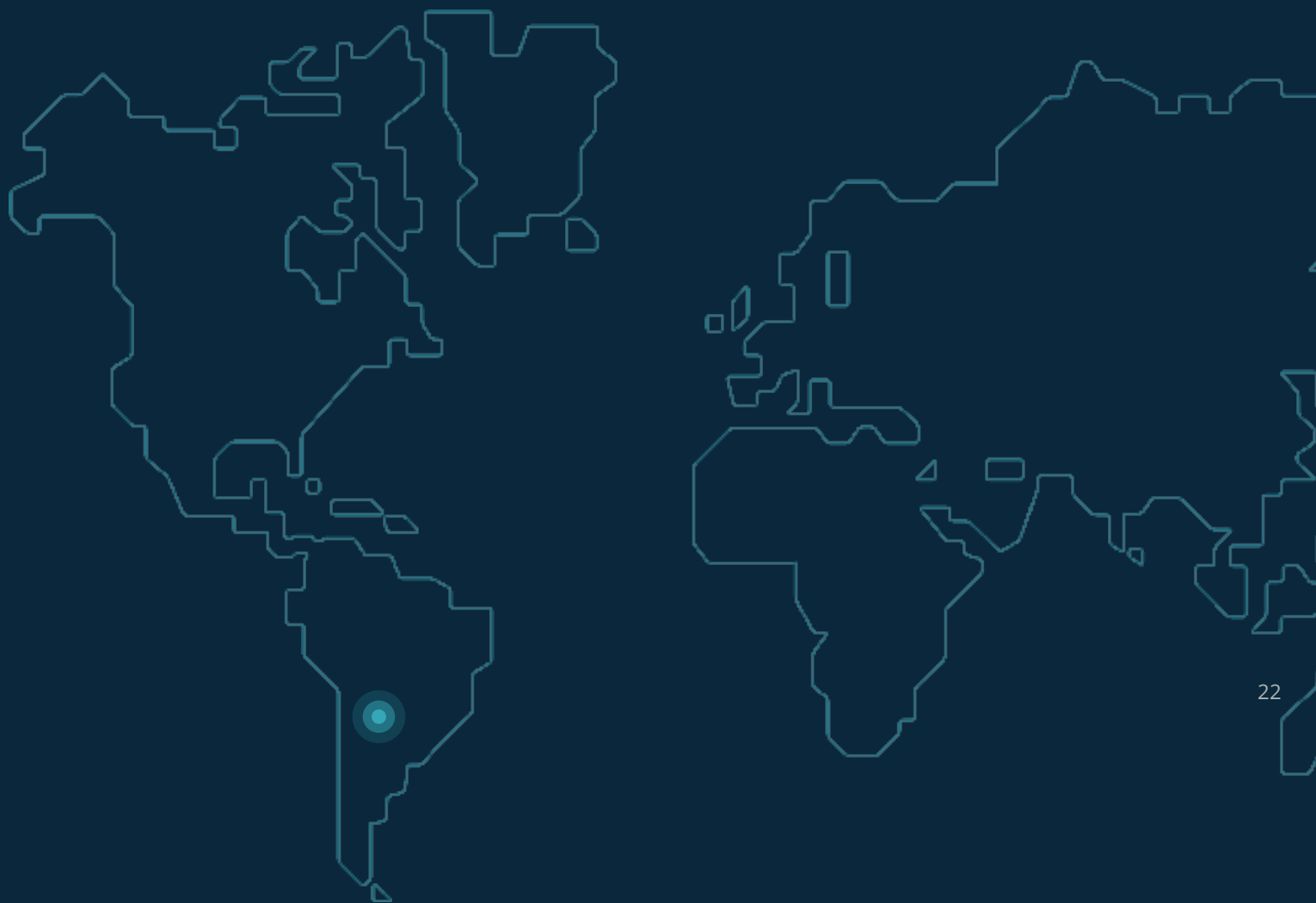
Há um ano, António Costa foi o primeiro a assumir que apesar da maioria absoluta estaria aberto ao diálogo, no parlamento e fora dele. Agora, a essa disponibilidade somou-se um cenário inesperado que tornou o diálogo, compromisso e consenso componentes obrigatórios para garantir estabilidade política, social e económica.

Perante este contexto, as empresas mais preparadas serão as que investirem no acompanhamento permanente da atividade política, social e regulatória, podendo antecipar riscos e oportunidades para o setor em que operam e para a sua atividade em concreto. Serão, também, as que estiverem disponíveis para uma participação proativa nas políticas públicas.

Cada empresa tem um papel no seu setor, que por sua vez impacta o todo que são a economia e a sociedade portuguesas. Numa altura em que o foco e os esforços estarão centrados na retoma económica, as empresas não podem ignorar ou desvalorizar o contributo que o seu conhecimento, experiências e *benchmarking* podem trazer a uma regulação mais eficaz e à estabilidade e segurança jurídica de quem quer manter e reforçar o investimento em Portugal. No fundo, a uma maior criação de valor partilhado, através de compromisso e consenso.

MARIA EÇA
Diretora de Assuntos Públicos
e Crise da LLYC Portugal

“Incerteza, instabilidade e pressão são as palavras que melhor resumem as perspetivas para este ano quanto ao contexto político, económico e social em Portugal”



EXPECTATIVAS DOS ASSUNTOS PÚBLICOS REGIÃO SUL



INCERTEZA, ELEIÇÕES E NOVOS DESAFIOS NA ARGENTINA

A 10 de dezembro de 2019, após quatro anos de Mauricio Macri no poder, a fórmula Alberto Fernández - Cristina Fernández de Kirchner chegou à Casa Rosada. A dupla peronista ganhou as eleições presidenciais com a promessa de reduzir a pobreza, melhorar o poder de compra e gerar uma melhoria numa economia gravemente atingida durante os últimos anos do macrismo.

A verdade é que, seja devido à pandemia COVID-19 ou a más decisões políticas e económicas,

nada disto aconteceu: Alberto Fernández concluiu o seu terceiro ano de governo com uma inflação acumulada de 94,8% anual² (a mais elevada desde 1991), um índice de pobreza que atingiu os 36,5%³ uma desvalorização da moeda que não dá tréguas (ao assumir o seu mandato, o dólar valia 70 pesos argentinos no mercado negro; hoje esse valor é de \$377)⁴. A falta de resultados positivos e a má gestão destas expectativas, associadas a uma crise política no seio da coligação governamental, levou a uma preocupante rejeição de 66,9% do governo⁵.

Neste contexto complexo, em 2023 os argentinos irão eleger o próximo presidente e vice-presidente, 22 governadores, 130 deputados e 24 senadores. Enquanto o partido no poder luta para resolver os seus diferendos internos e, ao mesmo tempo, mostrar melhorias na

situação económica, a oposição está a definir o seu futuro para ver quem melhor representa os interesses do eleitorado desiludido com o partido no poder. Esta incerteza e volatilidade a que a Argentina se habituou gera grandes desafios e oportunidades para a gestão estratégica dos Assuntos Públicos.

Novas autoridades e a necessidade de ligações

No dia 10 de dezembro de 2023, um novo governo nacional tomará posse na Argentina, implicando uma renovação dos intervenientes, com diferentes visões da coisa pública. As empresas precisam de chegar a este momento tendo trabalhado os vários cenários, mapeado os vários *stakeholders* e forjado relações de confiança com eles. A antecipação é a chave para a adaptação à mudança.

¹INDEC - Índice de preços ao consumidor acumulado 2022.

²INDEC - EPH: Incidência da pobreza e da indigência - Primeira metade de 2022.

³Dolar Hoy - Cotização do dólar livre a partir de 6/2/2023.

⁴ZUBAN / CÓRDOBA & ASOC. Inquérito Nacional em janeiro 2023.

País polarizado, Congresso dividido

O estudo *The Hidden Drug* realizado pela LLYC revelou que a Argentina é o segundo país da região com maior polarização no debate digital, ultrapassada apenas pelo Brasil. A política não é alheia a esta realidade e o Congresso não é a exceção; hoje em dia, o partido no poder só consegue legislar através da criação de consensos com terceiras forças provinciais (dado que não contam com quórum próprio em nenhuma das duas Câmaras). Com a renovação do Congresso, espera-se que esta situação de divisão se mantenha, ou até se agrave. Assim, será extremamente complexo para o próximo presidente gerar o quadro legislativo necessário para o seu plano de governo. As empresas também serão afetadas, dado que as possibilidades de influenciar ou impulsionar leis serão muito complexas.

Economia fechada, necessidade de abrir portas

Como consequência da grave situação económica (ou como causa da mesma), foram tomadas decisões que tornam hoje a economia argentina uma das mais reguladas e fechadas do mundo; os controlos de preços, os bloqueios às importações, as restrições cambiais e o endurecimento das operações intercompanhias são apenas algumas das medidas implementadas nos últimos tempos e que afetam grandemente o funcionamento normal das empresas radicadas no país. Embora se espere uma renovação das autoridades em 2023, é muito provável que a economia argentina não esteja preparada para uma abertura radical de um momento para o outro. O setor privado terá de continuar a gerir as suas relações com os decisores para ultrapassar estas barreiras económicas e desenvolver-se com alguma "normalidade".

Necessidade de crescimento, setores cada vez mais estratégicos

A urgência de gerar emprego de qualidade, juntamente com a escassez de divisas, levou a um consenso generalizado entre os decisores políticos sobre a necessidade de promover alguns setores-chave: a economia do conhecimento, o setor mineiro (tendo o lítio como ator principal), o petróleo e gás, as energias renováveis e a indústria agrícola, entre outros. As empresas envolvidas nestas atividades devem estar preparadas para dar um salto qualitativo, tirando partido destas oportunidades e gerindo os desafios de comunicação e de regulamentação política para alcançar a necessária liberdade para operar.

JUAN IGNACIO DI MEGLIO

**Diretor de Assuntos Públicos
da LLYC Argentina**

“A incerteza e volatilidade a que a Argentina se habituou gera grandes desafios e oportunidades para a gestão estratégica dos Assuntos Públicos”



EXPECTATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL EM 2023

O governo Lula 3 começou com ataques às sedes dos três ramos do Estado a 8 de Janeiro, no ato mais grave contra a democracia desde a redemocratização em 1988. Na tarde desse dia, os criminosos destruíram uma grande parte das instalações do Supremo Tribunal, do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional, indicando que o principal desafio do país neste ano que começa será a **pacificação social e a defesa da democracia**.

É preciso dizer que os ataques criaram um efeito diferente do pretendido pelos vândalos: reduziram a possibilidade de criar possíveis tensões institucionais entre os poderes executivo, legislativo e judicial, tendo-se todos unido para condenar atos antidemocráticos, mostrando que o próximo ano deverá trazer um **ambiente mais harmonioso e menos belicoso entre os poderes**, reforçando a percepção de que não há vergonha em fazer política dentro das regras da ética e da legalidade.

A este respeito, coloca-se uma questão: qual será a relação com os militares que foram elevados ao protagonismo político durante o governo de Bolsonaro? A **reacomodação do papel dos militares**, com a sua saída da política e o paulatino retorno à sua função constitucional de defesa do país contra os inimigos externos

será uma das alterações mais significativas em 2023 na política que se pretende implementar. O tempo trará a redução de tensões, mas num ambiente em que é necessário um regresso o quanto antes à normalidade institucional, deve procurar-se uma linha de diálogo mais proativa por parte do executivo.

Há também a questão da economia. Espera-se que o novo governo brasileiro prossiga uma política expansionista, com maior intervencionismo e investimento estatal na região. Tal levantou uma série de interrogações por parte do mercado, que exige uma reorganização fiscal e reformas como a administrativa e a fiscal, bem como a manutenção dos pontos da reforma laboral. O novo ano deve, por isso, ser de procura do **equilíbrio entre a responsabilidade fiscal e a responsabilidade social**.

Se na economia a palavra de ordem é a "procura de equilíbrio", no campo ambiental o ano deve ser de mudança drástica nas políticas públicas. O compromisso para 2023 será o da **exploração sustentável** e da reestruturação dos organismos de inspeção. O planeta deveria ver um Brasil mais ativo em debates como: a segurança climática, a proteção da Amazônia e de outros biomas, o respeito pelas comunidades indígenas, a desflorestação zero e outros. A retoma do Fundo Amazônia, a criação da Autoridade Nacional de Segurança Climática e a revogação de regulamentos considerados contrários ao ambiente são apenas uma amostra do objetivo de **trazer o Brasil de volta à vanguarda dos debates sobre sustentabilidade, proteção ambiental** e questões como as alterações climáticas e a luta contra a desflorestação.

Esta mudança de postura denota também outra tendência para o Brasil em 2023, a de retomar o protagonismo da **diplomacia brasileira**, através do *Itamaraty*; o fim do isolamento político, com o regresso do diálogo produtivo com nações dos mais diversos espectros políticos. O reforço das relações com a União Europeia, a priorização de uma agenda Sul-Sul, com o restabelecimento da força do MERCOSUL e uma participação mais ativa nas discussões BRICS, o estabelecimento de uma postura de intermediário interessado nas discussões entre os Estados Unidos e a China e uma mudança de posição em questões como a criação do Estado palestino indicam um **Brasil muito mais ativo e empenhado nas discussões multilaterais** neste novo ano.

“O principal desafio do país neste ano que começa será a pacificação social e a defesa da democracia”

FELIPE MENDONÇA PELETEIRO
Diretor de Assuntos Públicos da LLYC Brasil



CHILE 2023, O ANO DO PLEBISCITO

Sem dúvida, o marco mais importante para a sociedade chilena este ano será o plebiscito para aprovar ou rejeitar uma nova constituição. Este será elaborado pelo novo Conselho Constitucional, um órgão misto que combina um grupo de especialistas com conselheiros eleitos pelos cidadãos, ao contrário da Convenção Constitucional, que reuniu 155 membros da Convenção eleitos inteiramente pelos cidadãos e cujo texto (ideologizado, refundador e que exacerbou as diferenças entre os chilenos em vez de os unir) foi rejeitado por uma esmagadora maioria dos nossos compatriotas (62%) em setembro passado.

Nesta votação, que terá lugar em dezembro e com voto obrigatório, a sociedade chilena tentará resolver definitivamente o conflito dos últimos anos que levou à chamada "explosão social" de 18 de outubro de 2019, (um movimento semelhante ao que aconteceu recentemente no Peru), em que estações de metro foram queimadas e a violência tomou conta de Santiago e das grandes cidades do país. Contudo, uma semana depois, a 25 de outubro, um milhão e meio de chilenos saiu às ruas em manifestações pacíficas a favor de um novo pacto social, na manifestação mais maciça desde o regresso à democracia em 1990, que deu origem a um processo que levou mais tempo do que o esperado por todos os cidadãos, e que deveria terminar com a aprovação de uma nova constituição.

Contudo, a questão constitucional não será a única colocada diante do Presidente Gabriel Boric, no governo há quase um ano e que, com três anos de mandato, tem a mais baixa taxa de aprovação nas sondagens de um primeiro mandatário.

A maior preocupação atual dos cidadãos é a insegurança. A delinquência, o tráfico de droga e o crime organizado ganharam terreno nos últimos anos. Segundo dados dos Carabineros, os raptos aumentaram 74% em 2022 e os grandes crimes como os homicídios, os assaltos a habitações e os roubos de automóveis aumentaram 45% em comparação com 2021.

O presidente e a coligação governamental, que inclui os partidos da esquerda mais radical, irão também enfrentar

uma recessão econômica sem precedentes. De acordo com dados da Cepal, espera-se que o Chile e o Haiti sejam os únicos países da região a registrar um crescimento negativo.

Com a inflação a crescer (13% em 2022), e a imigração descontrolada (em alguns casos ilegal), o governo terá também de tentar travar os conflitos na macrozona sul e na fronteira norte.

Como se não bastasse, o 11 de setembro marca o 50º aniversário do golpe militar que derrubou o Presidente Salvador Allende (incluindo o bombardeamento do palácio presidencial de La Moneda, que ceifou a vida ao presidente, que cometeu suicídio no seu gabinete no palácio presidencial), estabelecendo uma ditadura militar que governou durante 17 anos.

Este marco - que ainda divide os chilenos e foi marcado pelas violações dos direitos humanos cometidas pelas forças armadas,

mas também por uma profunda transformação na economia nacional que lhe valeu o reconhecimento como um dos países com maior crescimento econômico da região - será oficialmente comemorado pelo governo, que certamente reabrirá a controvérsia sobre o governo da Unidade Popular (1970-1973), e os horrores das violações dos direitos humanos cometidas durante a ditadura militar.

Para concluir este panorama complexo, no parlamento, onde o governo não tem maioria, duas das promessas da campanha que levaram o presidente a ganhar as eleições estão a ser debatidas com a ideia de fazer mudanças estruturais que tornariam o Chile um país mais justo: a reforma fiscal e reforma das pensões.

“O marco mais importante para a sociedade chilena este ano será o plebiscito para aprovar ou rejeitar uma nova constituição”

FRANCISCO AYLWIN
Presidente da LLYC Chile
e Presidente do Conselho Consultivo no Chile



EXPECTATIVAS DOS ASSUNTOS PÚBLICOS REGIÃO ANDINA



2023, O ANO DE CONSOLIDAÇÃO DO GOVERNO DE MUDANÇA DO GUSTAVO PETRO NA COLÔMBIA

As expectativas geradas pela chegada à Colômbia do primeiro governo de esquerda foram muito elevadas. Por um lado, existem os receios do que tal implica para alguns setores económicos, mas por outro lado, a esperança daqueles que o elegeram de que em 2023 se iniciará uma transformação social baseada na equidade.

Um plano legislativo ambicioso para consolidar a política reformista do novo governo

Após o governo de Gustavo Petro ter ratificado a sua governabilidade na segunda metade de 2022 com a aprovação, no Congresso da República, de importantes projetos para a sua proposta política, tais como a reforma fiscal, a lei da "paz total" e a primeira volta da reforma política, 2023 traz consigo um novo pacote que inclui projetos como o Plano Nacional de Desenvolvimento e a lei da sujeição, e quatro reformas estruturais anunciadas durante a campanha eleitoral: a política, a do sistema de saúde, a laboral e a das pensões.

Face a estas iniciativas estão os receios derivados da modificação das regras do jogo estabelecidas,

mas também uma grande expectativa de garantir, com o "O Governo da Mudança", o crescimento da economia e um aumento do investimento de capitais e do emprego o que, tal como prometido, irá impulsionar o consumo e a produção nacional, especialmente na agropecuária.

Paz Total - O desafio de avançar com as negociações com grupos à margem da lei

No ano passado, foi aprovada a Lei 2272 de 2022 ou a Lei da Paz Total, que alargou o poder do Estado para negociar com organizações à margem da lei e definiu-a como uma política "prioritária" e "transversal". Nesse sentido, no início do ano, foram assinados 5 decretos para o cessar-fogo bilateral com cinco organizações ilegais. No entanto, o ELN, que em agosto de 2022 tinha acordado

com o novo governo retomar a agenda de negociações suspensa desde 2016, salientou que não se tratava de uma decisão concertada, o que levou à revogação do decreto. Assim, 2023 começa com um panorama ambíguo de tornar eficazes as intenções de paz, para além do incumprimento dos cessar-fogos bilaterais por algumas organizações criminosas, o aumento dos assassinatos coletivos e a redução das operações militares em território nacional.

O poder das regiões

A 29 de outubro, terão lugar eleições autárquicas nos 32 departamentos e 1123 municípios do país. As eleições determinarão a capacidade do novo governo e da sua bancada parlamentar para expandir a sua força política nas cidades, enquanto para a oposição é a oportunidade de recuperar a sua relevância na cena política. Além disso, a continuidade ou mudança das tendências políticas que dominaram as administrações nas grandes cidades como Bogotá, Medellín e Cali, e consequentemente a sua relação futura com o governo nacional, também estará em jogo.

Inflação/desvalorização e impacto social

O ano de 2022 foi um ano desafiante para a economia colombiana. A inflação no país foi de 13,1%, a mais alta do século, e o peso desvalorizou 20,7%, a terceira maior desvalorização desde 2000.

Embora se preveja que a inflação diminua em 2023 (8,63%) ainda é muito elevada e espera-se que o impacto seja maior para as classes mais baixas, uma vez que estas têm de abdicar de uma maior proporção dos seus rendimentos quando os preços sobem. Do mesmo modo, o Plano Financeiro do Governo para 2023 e as principais instituições financeiras indicam que a moeda permanecerá numa faixa entre 4.700 e 4.800 pesos, aumentando o preço do cabaz de consumo colombiano, uma vez que muitos alimentos são importados e uma grande parte da produção nacional depende de matérias-primas externas, que também aumentam de valor com a desvalorização do peso colombiano.

A economia e o combate contra as alterações climáticas

Para Gustavo Petro, as alterações climáticas baseiam-se na descarbonização da economia e da matriz energética. Em 2023, espera-se com toda a certeza o desenvolvimento da indústria, do setor agrícola e da construção de uma sociedade do conhecimento que o governo procura promover acima de outros setores da economia, como a mineração e os hidrocarbonetos.

Por outro lado, espera-se que o Ministério de Minas e Energia apresente o Roteiro da Transição Energética Justa materializando a visão para o futuro dos contratos de exploração e extração mineira

e petrolífera, bem como o papel do gás neste contexto. O debate sobre o modelo permanecerá no centro da agenda pública e gerará posições divergentes, mesmo dentro do próprio governo, devido a ter de sacrificar a principal fonte de rendimento do país.

A agenda internacional

O Presidente Petro está a concentrar a sua gestão em desempenhar um papel mais ativo na integração regional, promovendo um diálogo vinculativo sobre os principais conflitos da América Latina; um exemplo disto é a intenção de regressar à UNASUR e, a favor da transição energética, procurou juntamente os seus vizinhos construir uma economia descarbonizada.

Para este ano, projeta-se uma agenda progressiva com a Venezuela após a reativação das relações diplomáticas e económicas com o país vizinho, e fortes expectativas no que diz respeito à forma como serão conduzidas as relações com a Nicarágua após as questões de Petro ao seu homólogo e aos Estados Unidos, após o anúncio de uma transformação radical na agenda em torno da construção e consolidação da paz total e não em torno das armas e da guerra.

LUZ ÁNGELA SÁNCHEZ
Diretora Sénior de Assuntos
Públicos da LLYC Colômbia



EQUADOR 2023, A GOVERNABI- LIDADE EM JOGO NO REFERENDO

O Equador inicia 2023 com um processo eleitoral triplo sem precedentes que terá lugar a 5 de fevereiro, no qual serão eleitas 5.660 autoridades seccionadas e os sete membros do Conselho de Participação Cidadã e Controlo Social (CPCCS). Além disso, terá lugar o referendo convocado pelo Presidente Guillermo Lasso, que, numa aposta arriscada, espera receber o apoio da maioria da população nas oito questões que colocou para alterar a Constituição em vigor desde 2008 em matérias relacionadas com a segurança, o

institucionalismo e o ambiente. Os resultados destas eleições determinarão em grande medida o grau de governabilidade que o governo terá para fazer avançar a sua agenda para a segunda metade do seu mandato de quatro anos.

O estado de espírito predominante com que os cidadãos irão às urnas será de pessimismo em relação ao futuro⁵, desaprovação da gestão das autoridades⁷ e insatisfação com o funcionamento da democracia⁸. Esta combinação, como se viu nas duas violentas greves indígenas de outubro de 2019 e junho de 2022, é perigosa, dado que os cidadãos já não reconhecem o Estado como um interveniente capaz de resolver os seus problemas, e por isso procuram mecanismos fora dos canais e instituições democráticas para fazer ouvir as suas exigências.

Por este motivo, em cada eleição, os cidadãos procuram depositar a sua confiança em novos protagonistas, que se identificam como "não políticos", o que agrava ainda mais a crise dos partidos políticos. A título de exemplo: 77% dos presidentes de câmara irão procurar a reeleição por um partido político diferente daquele que ganhou as eleições seccionadas de 2019. Como tal, o resultado mais provável será novamente um tabuleiro de xadrez político fragmentado, que obrigará as organizações políticas a construir alianças e a procurar figuras para as eleições presidenciais de 2025.

A este respeito, embora as sondagens prevejam uma vitória do Sim na maioria das questões do referendo, o elevado nível de desaprovação do governo de Guillermo Lasso, juntamente

⁵ 67% acredita que a situação no país irá piorar (Market, dez. 22).

⁶ 82% desaprova a gestão do presidente e 88% desaprova o desempenho da Assembleia Nacional (Perfiles de Opinión, dez. 22).

⁷ Apenas 33% acredita que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Esta é não só a percentagem mais baixa da América Latina, mas também a diminuição mais significativa: em 2018 era de 50%, e em 2015 era de 71%. (Latinobarómetro, out. 21)

com as revelações de alegada corrupção em empresas de setores estratégicos, poderia levar os cidadãos a votar Não como penalização. Se ganhar o Sim, o governo terá ganho uma importante vitória que lhe dará algum espaço para respirar. No entanto, terá de gerir a expectativa do público de que, com as alterações constitucionais, poderá resolver os problemas de segurança, institucionalidade e ambiente, especialmente o primeiro, dado que mais de 52% considera a insegurança como o principal problema do país (Market, dez. 22). Se o Não ganhar, o governo enfrentará um cenário complicado, em que

enfrentará uma oposição reforçada, com maior controlo sobre a Assembleia Nacional e um movimento indígena que ameaçou convocar mobilizações, que procurará bloquear e desestabilizar o governo.

**JUAN SEBASTIÁN
SALCEDO CALDERÓN**
Diretor de Assuntos Públicos
da LLYC Equador

“O Equador inicia 2023 com um processo eleitoral triplo sem precedentes que terá lugar a 5 de fevereiro”



AS PERSPETIVAS DO PERU EM 2023, O CAMINHO NECESSÁRIO PARA SAIR DO CONFLITO

Desde 7 de dezembro que o Peru tem vindo a enfrentar um panorama social de grande conflito, concentrado principalmente nas regiões do sul do país, como resultado da destituição de Pedro Castillo da Presidência da República, após uma tentativa falhada de golpe de Estado.

Dina Boluarte, que se tornou a primeira mulher a ocupar o

cargo, tem pouco mais de 60 dias em funções e o panorama que enfrenta é de instabilidade política e social. As declarações de estado de emergência, que permitem a suspensão de direitos como a liberdade de circulação e de reunião, juntamente com a autorização da Polícia Nacional e das Forças Armadas para intervir em casas e/ou estabelecimentos para restabelecer a ordem, não tiveram os resultados esperados.

O agravamento do conflito, com 58 mortos até à data, bloqueios contínuos de estradas nacionais, paralisação de aeroportos e de instalações que podem ser consideradas sensíveis para o normal funcionamento do país, bem como a destruição de edifícios governamentais (principalmente esquadras de polícia e sedes judiciais), levou à escassez de alimentos,

combustível e medicamentos (principalmente) no sul do Peru, e setores como o turismo sofreram grandes perdas.

Na frente internacional, as perspectivas são desfavoráveis para a economia peruana, devido ao forte abrandamento do crescimento global, que está abaixo da sua média das duas últimas décadas, e a custos de financiamento mais elevados para controlar a inflação. O crescimento do produto interno bruto seria também afetado como resultado de uma contração do investimento público e privado, juntamente com um abrandamento do consumo interno.

Relativamente às exportações de matérias-primas, apesar de uma redução do preço do cobre a nível mundial, o setor seria compensado por um aumento

do volume das exportações, após a expansão da exploração mineira de Quellaveco. Por seu lado, o setor agroexportador seria favorecido pelo recente anúncio da China de abandonar a política "COVID zero", o que aumentaria a procura destes produtos.

As importações irão manter-se estáveis segundo as projeções do Banco Central de Reserva (BCR). No entanto, de acordo com as projeções do BCR, 2023 fecharia com níveis inflacionários elevados, semelhantes aos do ano anterior, de 8,4%.

Tendo isto em conta, o contexto político e social no Peru em 2023 é complexo. Existem desafios económicos e sociais significativos, como a luta contra a pobreza, a desigualdade, a corrupção e a segurança dos cidadãos, que são objeto de queixas e que até agora não têm sido tratados de forma eficiente pelo governo.

Com atividades paralisadas que vão desde o setor do turismo e serviços associados, um setor mineiro que não anunciou grandes investimentos para este ano e percepções internacionais

negativas que começam a tomar conta da estabilidade jurídica, a perspetiva interna continua a ser um desafio.

Neste sentido, as autoridades enfrentam o desafio de recuperar a legitimidade perdida, construindo espaços de diálogo com diferentes setores sociais e com o setor empresarial.

DARWIN PARDAVÉ
Diretor de Assuntos Públicos
da LLYC Peru

“As autoridades enfrentam o desafio de recuperar a legitimidade perdida, construindo espaços de diálogo com diferentes setores sociais e com o setor empresarial”



EXPECTATIVAS DOS ASSUNTOS PÚBLICOS REGIÃO NORTE



2023, ELEIÇÕES DE FIM DE MANDATO NO MÉXICO

A quase dois anos da administração do Presidente Andrés Manuel López Obrador chegar ao fim e a continuidade da autointitulada "Quarta Transformação" ser confirmada, o México atravessa um cenário complexo condicionado por um ambiente nacional de crescente polarização social e um contexto geopolítico que afeta as cadeias de valor globais, os preços das *commodities* e a inflação crescente.

Na arena económica, a reconfiguração comercial causada pela invasão russa da Ucrânia causou no México não só escassez e inflação, mas

também baixo crescimento. É pouco provável que as condições estruturais da economia mexicana e as atuais políticas públicas ajudem a superar este desafio com sucesso e rapidamente. Entretanto, a conjuntura política foi caracterizada pela predominância de uma narrativa pró-estatal que esbate a separação de poderes e os mecanismos de controlo democrático, gerando preocupações em torno da democraticidade do Estado. Além disso, os resultados das próximas eleições estaduais poderão evidenciar as debilidades da democracia mexicana face ao hiperpresidencialismo e à capacidade de mobilização do partido no poder, bem como servir como um preâmbulo para as eleições presidenciais de 2024.

O ano de 2023 será um ano decisivo em todos os sentidos

da palavra devido ao grande número de mudanças e eventos esperados. Será um período convulso e dinâmico que lançará as bases para um futuro próximo para além dos seus 365 dias.

A mudança dos Conselheiros Eleitorais, a confirmação das alterações às leis eleitorais secundárias, a nova presidência do Supremo Tribunal de Justiça, as eleições locais em Coahuila e no Estado do México, bem como a definição dos candidatos às eleições presidenciais de 2024, são apenas alguns dos marcos que marcarão a vida pública do México nos próximos 12 meses e que delinearão a agenda de riscos de todas as organizações.

Ao entrarmos no que pode ser considerado o último ano funcional do mandato de seis anos do Presidente Andrés Manuel

López Obrador, as expectativas de resultados relativamente aos projetos na etapa de conclusão irão certamente marcar o tom e a direção da narrativa dos vários grupos classificados pelo próprio regime como aliados e adversários.

Com uma possível recessão no segundo semestre do ano causada por arrasto dos Estados Unidos, uma inflação resiliente e a continuação de medidas restritivas por parte do Banco do México, é provável que o crescimento económico seja inferior ao esperado, com impacto na confiança dos consumidores e, como tal, nos planos de investimento de muitas empresas.

A situação económica e o seu subsequente impacto nos recursos públicos poderia continuar a agravar os grandes problemas do país, restringindo o orçamento em áreas estratégicas como saúde, segurança e infraestruturas, condicionando ainda mais o bom funcionamento do aparelho governamental, minando a credibilidade e a força das instituições, favorecendo a opacidade e a concentração do poder.

Tal contexto coloca as organizações num estado de incerteza e vulnerabilidade sem precedentes, não só expondo-as a uma maior carga regulamentar, a riscos de continuidade e a vulnerabilidade reputacional, mas também colocando-as numa narrativa acusatória na qual são retratadas a partir dos mais altos níveis de poder como entidades centradas apenas na geração de valor económico numa sociedade altamente polarizada.

O tempo está a esgotar-se para o governo da autointitulada "Quarta Transformação" no México, pelo que é altamente provável que assistamos a decisões mais radicalizadas orientadas sob uma lógica eleitoral, que continuarão a abrir frentes na operacionalidade das organizações, reduzindo cada vez mais as margens de reação e forçando os líderes empresariais a encontrar ferramentas que lhes permitam antecipar a sua competência para gerir o contexto.

MARILYN MÁRQUEZ
Diretora de Assuntos Públicos
da LLYC México

“México atravessa um cenário complexo condicionado por um ambiente nacional de crescente polarização social e um contexto geopolítico que afeta as cadeias de valor globais, os preços das commodities e a inflação crescente”



REPÚBLICA DOMINICANA, SÓLIDA RECUPERAÇÃO ECONÓMICA PÓS-COVID

A República Dominicana é uma das economias centro-americanas que apresentou o maior crescimento económico da última década. Com um crescimento sustentado médio superior a 5%, as perspetivas de estabilidade e crescimento do PIB fazem de 2023 um ano de grandes expectativas em setores-chave para o investimento estrangeiro.

Aumento dos salários e pressão inflacionista

Apesar das perspetivas económicas positivas, a República Dominicana não esteve isenta do impacto inflacionário da crise pós-Covid e da guerra na Europa.

De acordo com dados emitidos pelo Banco Central da República Dominicana, durante 2022 o custo do cabaz alimentar básico aumentou mais de 30% e a inflação situou-se no intervalo de 29% com uma marcada tendência para estabilizar no último trimestre de 2022. Para tal, o Banco Central adotou uma política monetária de aumento das taxas de juro com o objetivo de desencorajar o consumo e controlar a inflação.

Até agora, esta situação não gerou quaisquer movimentos sociais relevantes, apesar de todas as

sondagens indicarem que o custo de vida é a principal questão na mente das famílias dominicanas.

O turismo como grande motor da economia

Desde 2020 que o governo tem apostado fortemente no turismo como forma de rápida recuperação da economia. Isto teve um resultado importante, ultrapassando a média de 8 milhões de turistas por ano em território dominicano.

O governo também continua a promover o quadro jurídico para parcerias público-privadas como um mecanismo de atração de investimento estrangeiro para impulsionar e diversificar a oferta turística. Um exemplo disto é o megaprojeto de Pedernales, que aposta numa oferta multimodal que inclui um porto de cruzeiros, hotéis e parques de diversões.

Reformas institucionais e jurídicas

No início do mandato do Presidente Luis Abinader, em 2020, a "Convocatória Presidencial para o fortalecimento institucional e Gestão Eficiente do Estado" foi promovida com o Conselho Económico e Social (CES), um órgão consultivo do Poder Executivo com estatuto constitucional, que tem como membros os setores sociais, laborais e empresariais para a abertura de um "Diálogo Nacional", a fim de construir um consenso e tornar realidade as reformas propostas pelo Presidente.

Estas reformas incluem:

- 1- Reforma da Transparência e da Institucionalidade;
- 2- Reforma do Setor Elétrico;
- 3- Reforma do Setor da Água;
- 4- Reforma da Polícia Nacional;
- 5- Reforma da Modernização do Estado;
- 6- Reforma da Qualidade da Educação;
- 7- Reforma da Saúde e Segurança Social;
- 8- Reforma dos Transportes;
- 9- Reforma da Transformação Digital;
- 10- Reforma do Trabalho;
- 11- Reforma do Setor dos Hidrocarbonetos;
- 12- Reforma Fiscal Integral.

Estas foram as 12 reformas propostas pelo Presidente na primeira reunião do CES. E, por seu lado, em 2022, o Fórum Permanente dos Partidos Políticos da República Dominicana (FOPPPREDOM) solicitou a inclusão de uma tabela número 13ª, destinada a uma reforma global das leis eleitorais num Código Eleitoral, a fim de harmonizar a lei do regime eleitoral e a lei dos partidos políticos.

A maioria destas discussões está num impasse, pelo que não se esperam grandes mudanças antes das eleições previstas para 2024, mas até 2023 espera-se que haja acordos e consequentes mudanças nos setores da eletricidade, laboral e eleitoral.

2023, ano pré-eleitoral

2023 é um ano pré-eleitoral, com eleições municipais agendadas para fevereiro e eleições para o Congresso e para a Presidência agendadas para maio de 2024.

Atualmente, o panorama político é dominado por 3 partidos políticos: o Partido Revolucionário Moderno (partido do governo); o Fuerza del Pueblo (principal partido da oposição) e o Partido de la Liberación Dominicana (PLD) da oposição.

Até agora, o partido no poder parece ter a maioria dos apoiantes, pelo que existe uma grande probabilidade de o Presidente Luis Abinader se candidatar à reeleição. A atomização da oposição, que permanece dividida, poderia facilitar a reeleição, a menos que haja uma aliança entre as duas principais forças da oposição, o que poderia forçar um cenário de segunda volta.

No cenário do congresso, há uma renovação de novas figuras e jovens líderes que estão a refrescar o leque de candidatos. Isto começa a gerar expectativas de mudanças na composição de ambas as câmaras com fortes apostas de intervenientes influentes do setor privado.

JOSÉ GREGORIO CABRERA

Diretor Sénior de Assuntos Públicos, LLYC República Dominicana

“Com um crescimento sustentado médio superior a 5%, as perspetivas de estabilidade e crescimento do PIB fazem de 2023 um ano de grandes expectativas em setores-chave para o investimento estrangeiro”



UM PANAMÁ DESIGUAL, MAIS TENSÕES SOCIAIS, TENDÊNCIAS PARA 2023

Os protestos que o Panamá viveu em 2022 - sem precedentes na sua forma, nos atores envolvidos e na sua duração - foram o produto de uma série de fatores acumulados ignorados pelo Estado que a pandemia aumentou.

A crise pós-COVID e a inflação fizeram subir os preços dos alimentos, medicamentos e combustíveis no meio do desemprego e com os salários mensais congelados entre 290\$ e 315\$. O cabaz básico de bens ascendia a 280,71 \$, em

setembro de 2022, de acordo com a Autoridade de Proteção do Consumidor e Defesa da Concorrência (ACODECO). Isto coloca-o, segundo dados da *Bloomberg*, como o quarto cabaz alimentar básico mais caro da América Latina, apenas ultrapassado pelas Honduras (285,6 \$), Venezuela (382,0 \$) e Guatemala (417,4 \$).

O paradoxo do Panamá é que é um país de alto rendimento, mas com acentuadas desigualdades. A fotografia mostra que em 2023 a nação crescerá entre 4,2% e 5%, mas o lado negativo dessa fotografia mostra um país com uma taxa de desemprego de 9,9%, um aumento da informalidade e onde 1 em cada 4 panamenses é pobre.

Durante o ano fiscal de 2021, e de acordo com o Ministério da Economia e Finanças (MEF), o

Governo concedeu 2.315 milhões de dólares em subsídios, sendo as famílias de baixos rendimentos as que mais beneficiam. Do total dos subsídios dirigidos às famílias panamenses, 49% correspondem a ajuda devido à COVID-19, 14,6% ao subsídio de eletricidade, 14,5% a bolsas universais ou PASE-U, 7,6% ao programa 120 aos 65, 3,9% ao gás liquefeito, 3,5% ao interesse preferencial e 2,5% a transportes (Metrobus).

Consequentemente, um dos maiores desafios será enfrentar este peso de subsídios e cobrir a dívida pública de cerca de 42.000 milhões de dólares.

Reformas institucionais, o tempo está a esgotar-se

A Junta Técnica Atuarial e o Departamento Atuarial do Fundo de Segurança Social

(CSS) chegaram à conclusão que as reservas do subsistema de repartição definido de invalidez, velhice e morte (IVM) e a confiança a seu favor se esgotarão entre o último trimestre de 2023 e o primeiro trimestre de 2024, se não for feita uma reforma à lei em breve. Em 2023, antes das contribuições do Estado, haverá um déficit líquido de 1.123,3 milhões de dólares, que sobe para 1.287 milhões de dólares em 2024.

Isto significa que em menos de 24 meses os fundos que cobrem as pensões de mais de 380.000 pessoas estarão esgotados. As três principais agências de *rating*, que mantêm a classificação de investimento do Panamá, alertaram para a urgência de evitar este colapso devido às suas graves consequências económicas e sociais.

A receita para enfrentar este problema é um aumento da idade da reforma, das contribuições ou de uma mudança no sistema, entre outras medidas paramétricas que têm feito soar o alarme em todos os setores.

Há consenso sobre a urgência da questão, mas desacordo sobre a forma de a resolver.

2023, ano pré-eleitoral

O calendário eleitoral foi ativado no ano passado com a recolha de assinaturas para os candidatos presidenciais independentes e no primeiro semestre do ano com as eleições primárias dos partidos. Isto levará à demissão de várias figuras do gabinete, como o Vice-Presidente e Ministro da Presidência, José Gabriel Carrizo, que aspira a conduzir o PRD à sua reeleição.

As eleições terão lugar em maio de 2024 e elegerão o Presidente da República e o seu Vice-Presidente; 20 deputados ao Parlamento centro-americano; 71 deputados à Assembleia Nacional; 81 presidentes de câmara; 11 conselheiros e 701 representantes do "corregimiento", todos com os respetivos suplentes, para o período constitucional de 1 de julho de 2024 a 30 de junho de 2029.

“O paradoxo do Panamá é que é um país de alto rendimento, mas com acentuadas desigualdades”

MARGORIETH ELISA TEJEIRA MARTÍNEZ

Gestora Sénior de Risco e Crise da LLYC Panamá



TENDÊNCIAS DE ASSUNTOS PÚBLICOS NA AMÉRICA CENTRAL

Em virtude das mudanças sociais e institucionais, dos ciclos eleitorais incertos, das dinâmicas políticas complexas e do desalinhamento das prioridades governamentais e legislativas, os Estados da América Central continuarão a ter dificuldades para resolver problemas estruturais como a imigração, a segurança, as alterações climáticas, o desenvolvimento económico, a pobreza e a desigualdade.

Neste cenário complexo, as principais tendências com implicações práticas para o

trabalho de assuntos públicos na região até 2023 são as seguintes:

Evolução da licença social para operar

A região continua a mostrar debilidades institucionais e insegurança jurídica e dos cidadãos, pelo que o trabalho de assuntos públicos continuará a estar ligado ao reforço da licença social das empresas para operar e crescer através de iniciativas de comunicação baseadas na comunidade sobre os benefícios partilhados de diferentes tipos de investimentos; iniciativas que, embora permaneçam relevantes, evoluem para grandes questões de política pública: salários, direitos laborais, concorrência, qualidade dos produtos e proteção ambiental. Isto implica que o diálogo com as partes interessadas deve estar ligado aos objetivos e

valores corporativos e associado aos critérios ambientais, sociais e de governação (ESG), aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos princípios de investimento socialmente responsável.

Compreender os novos consensos e construir uma narrativa transparente exigirá mais criatividade, capacidade de inovação e multidisciplinaridade.

Choque na cultura empresarial e política

Na região, antigas empresas familiares coexistem com empresas multinacionais. Os primeiros enfrentam um panorama em mudança onde as forças políticas tradicionais com as quais construíram relações estão a desaparecer, enquanto os segundos trazem práticas e

formas que nem sempre são aceites dentro da cultura política e empresarial da região. Estes desafios implicam adaptar a estratégia de relacionamento da empresa à realidade económica, social e cultural de cada país, reconhecendo as particularidades e adaptando-a a cada contexto.

Mais regulamentação

Os graves problemas socioeconómicos e as ineficiências administrativas pressionam os governos a adotar "soluções" urgentes de política pública e de regulação que quase nunca têm uma avaliação apropriada regulamentar, institucional e de custo-benefício, gerando falsas expectativas entre a população.

A incerteza sobre certas mudanças sociais e tecnológicas cria incentivos político-eleitorais para gerar regulamentos em áreas como a economia colaborativa, criptomoedas, metaverso, cibersegurança, entre outras. O desafio em todos os casos será gerar espaços para promover e cocriar iniciativas apoiadas pela ciência, tecnologia, dados e experiência.

Polarização

A América Central está menos polarizada do que outras regiões, mas não está excluída deste fenómeno. As ações das equipas de Assuntos Públicos devem

concentrar-se em questões onde a empresa tem controlo, evitando controvérsias desnecessárias que contaminam as discussões e que podem afetar a reputação da empresa junto dos consumidores, fornecedores ou autoridades de uma ou outra tendência.

Problemas altamente complexos

Para gerir a influência na agenda pública em sociedades fragmentadas, com agendas políticas complexas e grandes desafios socioeconómicos, terão de ser fornecidas mais análises, antecipação, transversalidade e inovação para alimentar a tomada de decisões, acrescentando à execução mais tradicional dos Assuntos Públicos conhecimentos em diversas áreas como comunicação, dados, economia, marketing, competências metodológicas e de avaliação e *deep digital learning*.

O principal desafio na América Central, face à incerteza de 2023, é fomentar o desenvolvimento de relações de valor das empresas e organizações com as suas partes interessadas, o que melhora a reputação da empresa, aumenta a capacidade de influência e espaço de negociação, beneficiando a sociedade num ambiente regional dinâmico, interligado e com tendência para a polarização.

Estamos preparados.

“O principal desafio na América Central, face à incerteza de 2023, é fomentar o desenvolvimento de relações de valor das empresas e organizações com as suas partes interessadas, o que melhora a reputação da empresa, aumenta a capacidade de influência e espaço de negociação”

PABLO DUNCAN
Sócio-Gerente, CLC
Comunicação e Assuntos
Públicos



OS EUA RUMO À PRÉ-CAMPANHA PRESIDENCIAL 2024

2023 será um ano marcado pela campanha presidencial de 2024, uma tensão crescente com Pequim, com as suas implicações políticas e comerciais, e um Congresso dividido que procurará contrastar com a administração Biden em cada turno.

2024 pré-campanha presidencial

2023 é um ano político, mas sem uma eleição presidencial. Nos Estados Unidos, amplamente conhecidos pelos seus períodos de campanha presidencial cada vez mais longos, 2023

deve ser interpretado através das lentes das eleições presidenciais de 2024. Muitos dos actores políticos já estão a aquecer para as campanhas. O governo federal, o Congresso, as empresas, os governos estrangeiros, as multinacionais e as organizações multilaterais sabem como a dinâmica das relações e da comunicação muda quando Washington D.C. entra no modo eleitoral.

2023 será definido pelo início da campanha presidencial dos EUA. Já vimos o anúncio oficial de múltiplas candidaturas do Partido Republicano, incluindo o antigo Presidente Trump, que oficializou a sua candidatura muito mais cedo do que o habitual. O anúncio oficial da ex-governadora da Carolina do Sul Nikki Haley é esperado em Fevereiro deste ano, com

o anúncio da Governadora De Santis no final deste ano. Embora existam múltiplas nomeações do lado Republicano, espera-se uma polarização entre Trump e um forte adversário como De Santis. Até agora, as sondagens da *Morning Consult* têm mantido a polarização entre estes dois candidatos estável ao longo dos últimos doze meses.

Do lado Democrata, espera-se também um anúncio oficial do Presidente Biden nos próximos meses. Vemos um possível candidato a concorrer no flanco esquerdo, como uma candidatura simbólica, mas, salvo questões de saúde, há uma grande probabilidade de que o Presidente Biden seja o candidato democrata.

Política internacional dominada pela China

As tensões entre os EUA e a China continuarão a crescer e a ter consequências imediatas na frente comercial. Já continuamos a assistir a legislação e ações executivas que limitam os investimentos dos cidadãos americanos na China, criando incentivos à migração da cadeia de abastecimento para outras regiões, e criando sanções com certas entidades na China. Não assistimos a uma inversão desta tendência a curto prazo, sendo a variável mais importante saber se cada um dos lados procura escalar o crescente conflito político-comercial. Uma notícia que passou despercebida foram as [restrições ao setor tecnológico](#) da China para

procurar minar o progresso numa área estratégica da sua economia. Esperamos mais medidas desta natureza.

O Congresso dividido apresenta uma oportunidade

A era da grande legislação bipartidária chegou ao fim. É improvável que em 2023 e 2024 vejamos faturas tão significativas como a Lei das Infra-estruturas e a *Inflation Reduction Act*. Realizações legislativas que contaram com votos importantes do lado republicano. Espera-se que haja um grande confronto entre o executivo e o legislativo sobre a questão da despesa pública e do défice fiscal. No entanto, este confronto, se o registo histórico for algo a passar, pode revelar-se

muito arriscado se a percepção pública for de que põe em risco uma economia já vulnerável. Cabe a cada parte da Administração e do Congresso levar os seus argumentos à esfera pública e deixar claro quem é o responsável. Acreditamos que será alcançado um acordo para não congelar o governo federal e colocar em risco a estabilidade económica.

FRANCISCO JAVIER MÁRQUEZ LARA
Diretor da LLYC
Washington D.C.

“2023 será um ano marcado pela campanha presidencial de 2024, uma tensão crescente com Pequim, com as suas implicações políticas e comerciais, e um Congresso dividido que procurará contrastar com a administração Biden em cada turno”

AUTORES



Joan Navarro

Sócio e Vice-Presidente de Assuntos Públicos da LLYC
jnavarro@llorenteycuenca.com



Francisco Aylwin

Presidente da LLYC Chile e Presidente do Conselho Consultivo no Chile
faylwin@llorenteycuenca.com



Francisco Javier Márquez Lara

Diretor da LLYC Washington D.C.
fmarquez@llorenteycuenca.com



Carmen Muñoz

Doutora e Diretora Sénior de Assuntos Públicos de LLYC Madrid
cmuñoz@llorenteycuenca.com



Paloma Baena Olabe

Diretora Sénior de Assuntos Europeus & Next Generation EU da LLYC Madrid
pbaena@llorenteycuenca.com



Margorieth Elisa Tejeira Martínez

Gestora Sénior de Risco e Crise da LLYC Panamá
mtejeira@llorenteycuenca.com



Susana Camarero

Diretora Sénior de Contexto Político Europeu da LLYC Madrid
susana.camarero@llorenteycuenca.com



José Gregorio Cabrera

Diretor Sénior de Assuntos Públicos, LLYC República Dominicana
pbaena@llorenteycuenca.com



Jordi Sevilla

Ex-Ministro da Administração Pública, Conselheiro Sénior para o Contexto Económico na LLYC
jsevilla@advisors.llorenteycuenca.com

AUTORES



Marilyn Márquez

Diretora de Assuntos Públicos da LLYC México

mmarquez@llorenteycuenca.com



Maria Eça

Diretora de Assuntos Públicos e Crise da LLYC Portugal

meca@llorenteycuenca.com



Darwin Pardavé

Diretor de Assuntos Públicos da LLYC Peru

darwin.pardave@llorenteycuenca.com



Juan Ignacio Di Meglio

Diretor de Assuntos Públicos da LLYC Argentina

jdimeglio@llorenteycuenca.com



Luz Ángela Sánchez

Diretora Sênior de Assuntos Públicos da LLYC Colômbia

lsanchezc@llorenteycuenca.com



Juan Sebastián Salcedo Calderón

Diretor de Assuntos Públicos da LLYC Equador

juan.salcedo@llorenteycuenca.com



Pablo Duncan

Sócio-Gerente, CLC Comunicação e Assuntos Públicos

pduncan@clcglobal.cr



Felipe Mendonça Peleteiro

Diretor de Assuntos Públicos da LLYC Brasil

felipe.peleteiro@llorenteycuenca.com

Direção Corporativa

José Antonio Llorente
Sócio e CEO Global
jalloriente@llorenteycuenca.com

Alejandro Romero
Sócio e CEO Global
aromero@llorenteycuenca.com

Luisa García
Sócia e Chief Operating Officer Global
lgarcia@llorenteycuenca.com

Tiago Vidal
Sócio e Chief Talent y Technology
Officer Global
tvidal@llorenteycuenca.com

Marta Guisasola
Sócia e Chief Financial Officer
mguisasola@llorenteycuenca.com

Albert Medrán
Diretor Corporativo
amedran@llorenteycuenca.com

Juan Pablo Ocaña
Diretor Sénior de Legal & Compliance
jpocana@llorenteycuenca.com

José Manuel Casillas
Diretor Sénior de IT Global
jmcasillas@llorenteycuenca.com

Europa

Luis Miguel Peña
Sócio e CEO Europa
lmpena@llorenteycuenca.com

Arturo Pinedo
Sócio e Chief Client Officer Europa
apinedo@llorenteycuenca.com

Rafa Antón
Chief Creative Officer Europa
Cofundador e Diretor-Geral Criativo da CHINA, uma empresa da LLYC
CHINA
parte de LLYC
rafa.anton@chinapartedellyc.com

Madrid

Jorge López Zafrá
Sócio e Diretor Geral Madrid
jlopez@llorenteycuenca.com

Joan Navarro
Sócio e Vice-Presidente de Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sénior Esporte e Estratégia de Negócio
amoratalla@llorenteycuenca.com

Iván Pino
Sócio e Diretor Sénior de Crises e Riscos
ipino@llorenteycuenca.com

Marta Aguirrezabal

Sócia e Diretora Executiva
CHINA
parte de LLYC
marta.aguirrezabal@chinapartedellyc.com

Pedro Calderón
Sócio fundador e Diretor Executivo
CHINA
parte de LLYC
pedro.calderon@chinapartedellyc.com

Barcelona

María Cura
Sócia e Diretora-Geral
mcura@llorenteycuenca.com

Oscar Iniesta

Sócio e Diretor Sénior
oiniesta@llorenteycuenca.com

Gina Rosell

Sócia e Diretora Sénior da Health
grosell@llorenteycuenca.com

Lisboa

Marlene Gaspar
Diretora-Geral
mgaspar@llorenteycuenca.com

Américas

Juan Carlos Gozzer
Sócio e CEO Américas
jcozzer@llorenteycuenca.com

Javier Rosado
Sócio e Chief Client Officer da Américas
jrosado@llorenteycuenca.com

Javier Marín
Diretor Sénior Healthcare Américas
jmarin@llorenteycuenca.com

José Beker
Chief Creative Officer Américas
Cofundador e CEO da BESO by LLYC
BESO
by LLYC
jose.beker@beso.agency

Antonieta Mendoza de López
Vice-presidente da Advocacy LatAm
amendoza@llorenteycuenca.com

Estados Unidos

Juan Felipe Muñoz
CEO U.S.
fmunoz@llorenteycuenca.com

Darío Álvarez
Diretor Executivo na LLYC Miami
dalvarez@llorenteycuenca.com

Região norte

David González Natal
Sócio e Diretor-geral Região Nortel
dgonzalezn@llorenteycuenca.com

Mauricio Carrandi
Diretor-Geral LLYC Mexico
mcarrandi@llorenteycuenca.com

Manuel Domínguez

Diretor-Geral LLYC Panamá
mdominguez@llorenteycuenca.com

Iban Campo

Diretor-Geral LLYC República Dominicana
icampo@llorenteycuenca.com

Região andina

María Esteve
Sócia e Diretora-Geral Região Andinal
mesteve@llorenteycuenca.com

Marcela Arango
Diretora-Geral LLYC Colúmbia
marango@llorenteycuenca.com

Gonzalo Carranza
Sócio e Diretor-Geral LLYC Peru
gcarranza@llorenteycuenca.com

Carlos Llanos

Sócio e Diretor-Geral LLYC Ecuador
cllanos@llorenteycuenca.com

Região sul

Juan Carlos Gozzer
Sócio e Diretor Regional
jcozzer@llorenteycuenca.com

Maria Eugenia Vargas
Diretora-Geral LLYC Argentina
mevargas@llorenteycuenca.com

Thyago Mathias
Diretor-Geral LLYC Brasil
tmathias@llorenteycuenca.com

Deep Digital Business

Adolfo Corujo
Sócio e Deep Digital Business CEO
acorujo@llorenteycuenca.com

Jesús Moradillo
Diretor-Geral Deep Digital Business Europa
CEO e fundador da Apache Digital
APACHE
parte de LLYC
jesus.moradillo@llorenteycuenca.com

Federico Isuani
Diretor-Geral de Deep Digital Business Região Norte e EUA
Cofundador e CEO da BESO by LLYC
BESO
by LLYC
federico.isuani@beso.agency

Daniel Fernández Trejo
Diretor Sénior de Deep Digital Business e CTO global
dfernandez@llorenteycuenca.com

Anahí Raimondi
Diretora de Operações Deep Digital Business
araimondi@llorenteycuenca.com

David Martín
Diretor-Geral de Deep Digital Business Região Andina
david.martin@llorenteycuenca.com

Diego Olavarría
Diretor Sénior da área Deep Digital Business
dolavarría@llorenteycuenca.com

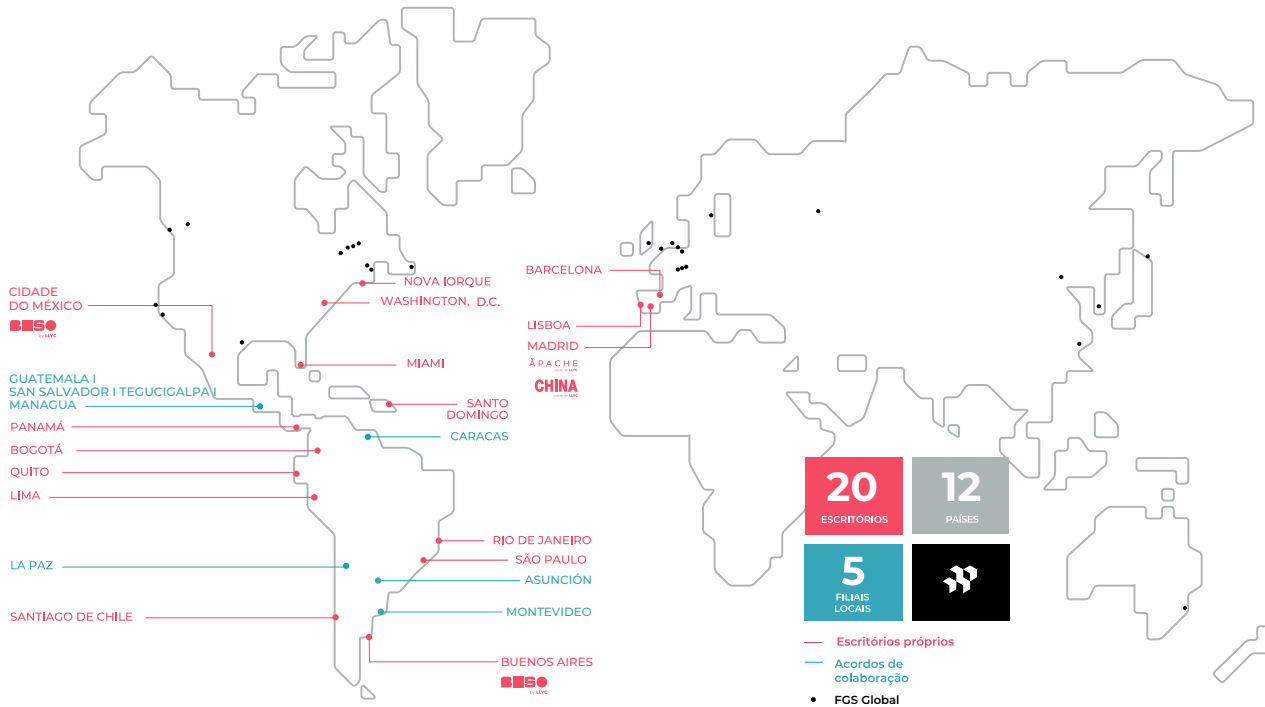
Luis Manuel Núñez
Diretor Sénior Global de Tecnologia e Estratégia Digital
luisma.nunez@llorenteycuenca.com

Carmen Gardier
Diretora Sénior da área Digital Américas
cgardier@llorenteycuenca.com

Alejandro Dominguez
Diretor Sénior Digital Europa
adominguez@llorenteycuenca.com

Fernanda Hill
Diretor-Geral da BESO by LLYC
BESO
by LLYC
fernanda.hill@beso.agency

Escritórios



LLYC

Madrid

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid, Espanha
Tel. +34 91 563 77 22

Barcelona

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona, Espanha
Tel. +34 93 217 22 17

Lisboa

Avenida da Liberdade nº225, 5º Esq.
1250-142 Lisboa, Portugal
Tel. + 351 21 923 97 00

Miami

600 Brickell Avenue, Suite 2125
Miami, FL 33131
United States
Tel. +1 786 590 1000

Nova Iorque

3 Columbus Circle, 9th Floor
New York, NY 10019
United States
Tel. +1 646 805 2000

Washington D.C.

1025 F st NW 9th Floor
Washington D.C. 20004
United States
Tel. +1 202 295 0178

Cidade do México

Av. Paseo de la Reforma 412
Piso 14. Colonia Juárez
Alcaldía Cuauhtémoc
CP 06600, Ciudad de México
Tel. +52 55 5257 1084

Panamá

Sortis Business Tower
Piso 9, Calle 57
Obarrio - Panamá
Tel. +507 206 5200

Santo Domingo

Av. Abraham Lincoln 1069
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Suite 702, República Dominicana
Tel. +1 809 6161975

San José

Del Banco General 350 metros oeste
Trejós Montealegre, Escazú
San José, Costa Rica
Tel. +506 228 93240

Bogotá

Av. Calle 82 # 9-65 Piso 4
Bogotá D.C. - Colombia
Tel. +57 1 7438000

Lima

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro, Perú
Tel. +51 1 2229491

Quito

Avda. 12 de Octubre N24-528 y
Cordero - Edificio World Trade
Center - Torre B - piso 11
Ecuador
Tel. +593 2 2565820

São Paulo

Rua Oscar Freire, 379, Cj 111
Cerqueira César SP - 01426-001
Brasil
Tel. +55 11 3060 3390

Rio de Janeiro

Rua Almirante Barroso, 81
34º andar, CEP 20031-916
Rio de Janeiro, Brasil
Tel. +55 21 3797 6400

Buenos Aires

Av. Corrientes 222, piso 8
C1043AAP, Argentina
Tel. +54 11 5556 0700

Santiago do Chile

Avda. Pdre. Kennedy 4.700,
Piso 5, Vitacura
Santiago
Tel. +56 22 207 32 00
Tel. +562 2 245 0924

À PACHE

parte de LLYC

Arturo Soria 97A, Planta 1
28027, Madrid, Espanha
Tel. +34 911 37 57 92

CHINA

parte de LLYC

Velázquez, 94
28006, Madrid, Espanha
Tel. +34 913 506 508

BESO

by LLYC

El Salvador 5635, Buenos Aires
CP. 1414 BQE, Argentina

Av. Santa Fe 505, Piso 15,
Lomas de Santa Fe,
CDMX 01219, México
Tel. +52 55 4000 8100



LLYC IDEIAS

EXPLORAR. INSPIRAR.

IDEAS é o Departamento de Liderança através do Conhecimento da LLYC.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

LLYC IDEIAS é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Porque a realidade não é preta ou branca existe IDEIAS na LLYC.

ideas.llorenteycuenca.com
www.revista-uno.com
Podcast Diálogos LLYC